



ASSEMBLEIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DIA 23

A deliberação por parte dos sindicalizados sobre o exercício de 2021 ocorrerá de forma virtual, através do link assembleia.spbancarios.com.br, que estará funcional entre 19h e 21h do dia 23 (quinta-feira). Para votar, o sindicalizado precisa preencher sua matrícula funcional, CPF e data de nascimento.

SUMÁRIO

Relatório da Diretoria	5
Campanha 2020	10
Banco do Brasil.	11
Caixa Federal	18
Bradesco.	24
Itaú Unibanco	29
Santander	35
1º de Maio	43
Financiários	43
Igualdade de Oportunidades	44
Travessia	47
Comitê Betinho	47
Bancredi	48
Sindicato Cidadão	48
Internacional	51
Desempenho Social.	57
Gestão Financeira	69
Agradecimento	72
Demonstrações Contábeis	73
Parecer do Conselho Fiscal	84
Edital	85





Ivone Silva

Presidenta do Sindicato



Pelo segundo ano em pandemia, 2021 entra para a história do movimento sindical como um ano de muita luta e mobilização, em defesa da vida, do emprego, saúde e melhores condições de trabalho. Após acordo de dois anos, a categoria bancária teve, em 2021, reajuste de 10,97% sobre salários, VA e VR, sobre as parcelas fixa e adicional e teto da PLR e demais verbas. Com isso, a categoria bancária foi uma das poucas no Brasil a conquistar reajuste acima da inflação. Além disso, estivemos mobilizados durante todo o ano pela saúde de toda a população, em defesa da vacina pelo SUS, protocolos de segurança adequados e fortalecemos nossa luta pelos bancos públicos. Com total transparência, em cumprimento do nosso acordo com os bancários, apresentamos o balanço para debate e deliberação dos associados”





Maria Rosani
Secretária de Finanças
do Sindicato

“Sabemos que um Sindicato se fortalece com transparência, democracia, participação e unidade. Nosso investimento em 2021 se manteve na luta da categoria, na defesa dos empregos, por melhores condições de trabalho e por um país mais justo. Somos referência para outras categorias pela forma criteriosa e respeitosa que realizamos nossa gestão de recursos”

Confira a seguir o **relatório da diretoria**, com um resumo das principais atividades do Sindicato ao longo de 2021, as **demonstrações contábeis**, o parecer do Conselho Fiscal e o edital de convocação para a assembleia de prestação de contas.





Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região **EUT**

spbancarios.com.br |      /spbancarios

CNPJ 61.651.675/0001-95

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da Diretoria com as Demonstrações Financeiras do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, que destaca as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano.



O período de 2021 entrou para a história como um ano de lutas e conquistas.

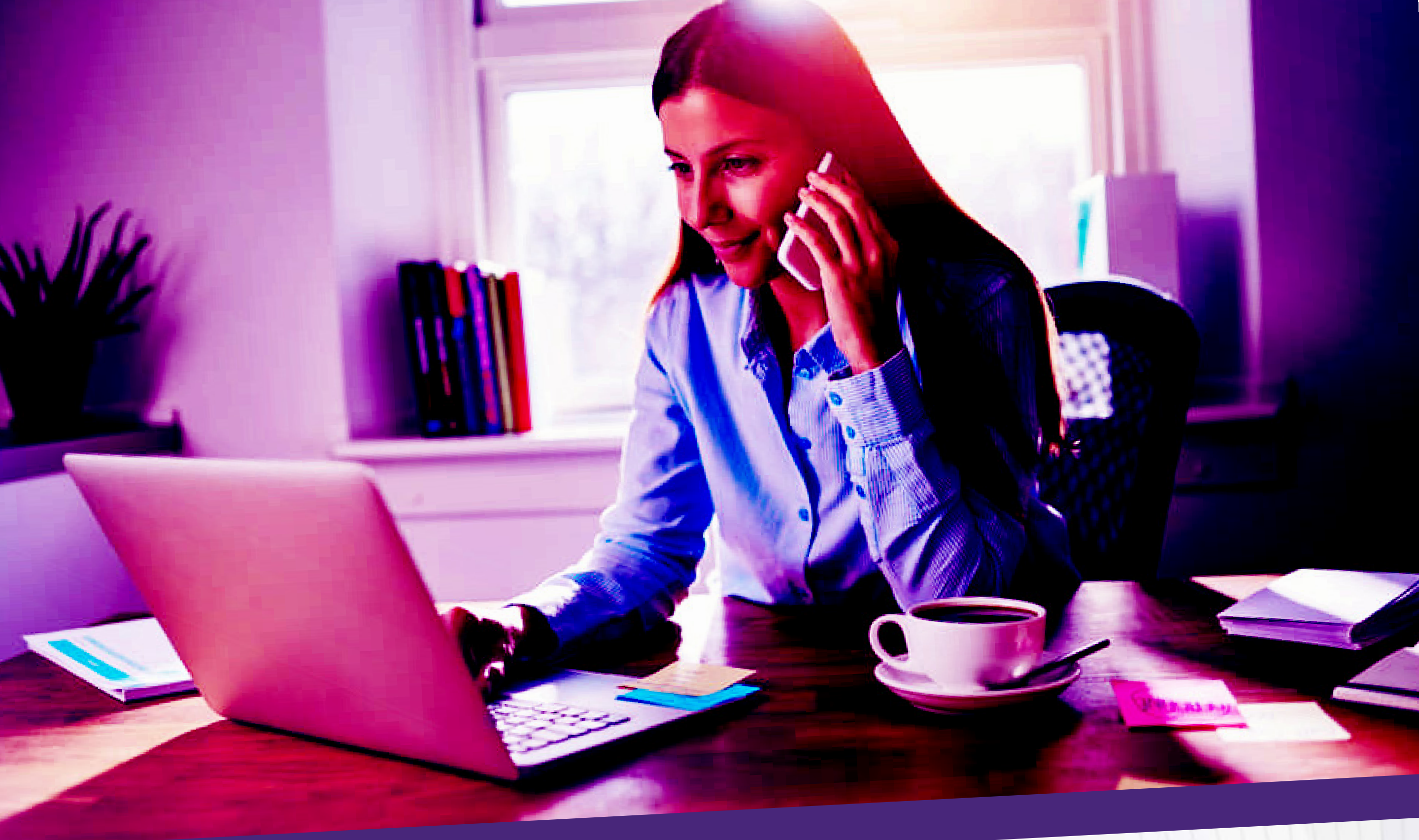
Não dá para falar da atuação do Sindicato em 2021 sem falar na luta dos bancários, pelo segundo ano consecutivo, em defesa dos trabalhadores durante a pandemia do Coronavírus (Covid-19).

A categoria foi uma das primeiras a se mobilizar e a pressionar o setor patronal a adotar medidas de proteção aos trabalhadores e clientes, em decorrência da pandemia, em uma organização nacional. Foram dois anos mobilizados, com campanhas pela vacinação para toda a população pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Desde março de 2020, quando o Brasil teve confirmado os primeiros casos, as entidades representativas, reunidas

no Comando Nacional dos Bancários, realizaram frequentes negociações com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) conforme recomendações de organizações nacionais e internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), para promover a proteção da população. A atuação das entidades resultou em medidas de proteção, como o home office e o rodízio de equipes nas agências, além de todos os protocolos de segurança contra o vírus. Durante todo o ano, o Sindicato manifestou preocupação com o retorno do trabalho presencial, e defendeu que só fossem chamados os trabalhadores com a imunização completa (com as duas doses da vacina contra Covid-19) e com 70% da população vacinada.

O Sindicato, desde janeiro de 2021, pressionou os bancos, alertando que muitos bancários foram chamados de volta ao trabalho presencial, inclusive os que tinham comorbidades.





No início do ano, a Fenaban garantiu que mais de 50% da categoria continuava em teletrabalho, mas, em função do agravamento da pandemia durante o ano, se comprometeu a reforçar com os bancos a sua manutenção. Após determinação do BC, ficou acertado que as agências funcionariam das 9h às 14h, com horário para atendimento especial aos idosos das 9h às 10h. Mas muitos bancos ampliaram esse funcionamento para até as 15h ou mais, com mobilização dos trabalhadores. Em maio, depois de mais de um ano de cobranças pelo movimento sindical bancário, a Fenaban finalmente apresentou uma proposta de protocolo de segurança unificado contra a Covid-19, em mesa de negociação.

O movimento sindical também cobrou o empenho da Fenaban para a inclusão da categoria como prioridade no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19. E o Sindicato enviou inúmeros ofícios aos governos municipal, estadual e federal, destacando que a atividade bancária é considerada essencial e, em todos os decretos que previam o fechamento de parte do comércio e de serviços devido à pandemia, os bancos funcionaram. O pagamento do auxílio emergencial, pelos bancários da Caixa, movimentou ainda mais a população nas agências bancárias, o que expôs os trabalhadores. A partir do mês de junho, o Sindicato enviou ofício para todas as prefeituras e câmaras municipais de sua base de atuação cobrando a inclusão dos bancários entre grupos prioritários na vacinação.



Dirigentes sindicais também percorreram todos os municípios da sua base para entregar o documento às autoridades locais. Após muita mobilização, a Câmara dos Deputados concluiu a votação do Projeto de Lei 1011/20, estabelecendo prioridade para bancários e outros grupos dentro do plano de vacinação. A confirmação foi feita em reunião entre os representantes dos trabalhadores bancários e o ministro da Saúde. Em nota técnica, o Ministério determinou que 20% do total de doses distribuídas a cada unidade federada fosse direcionada a bancários e a trabalhadores dos Correios.

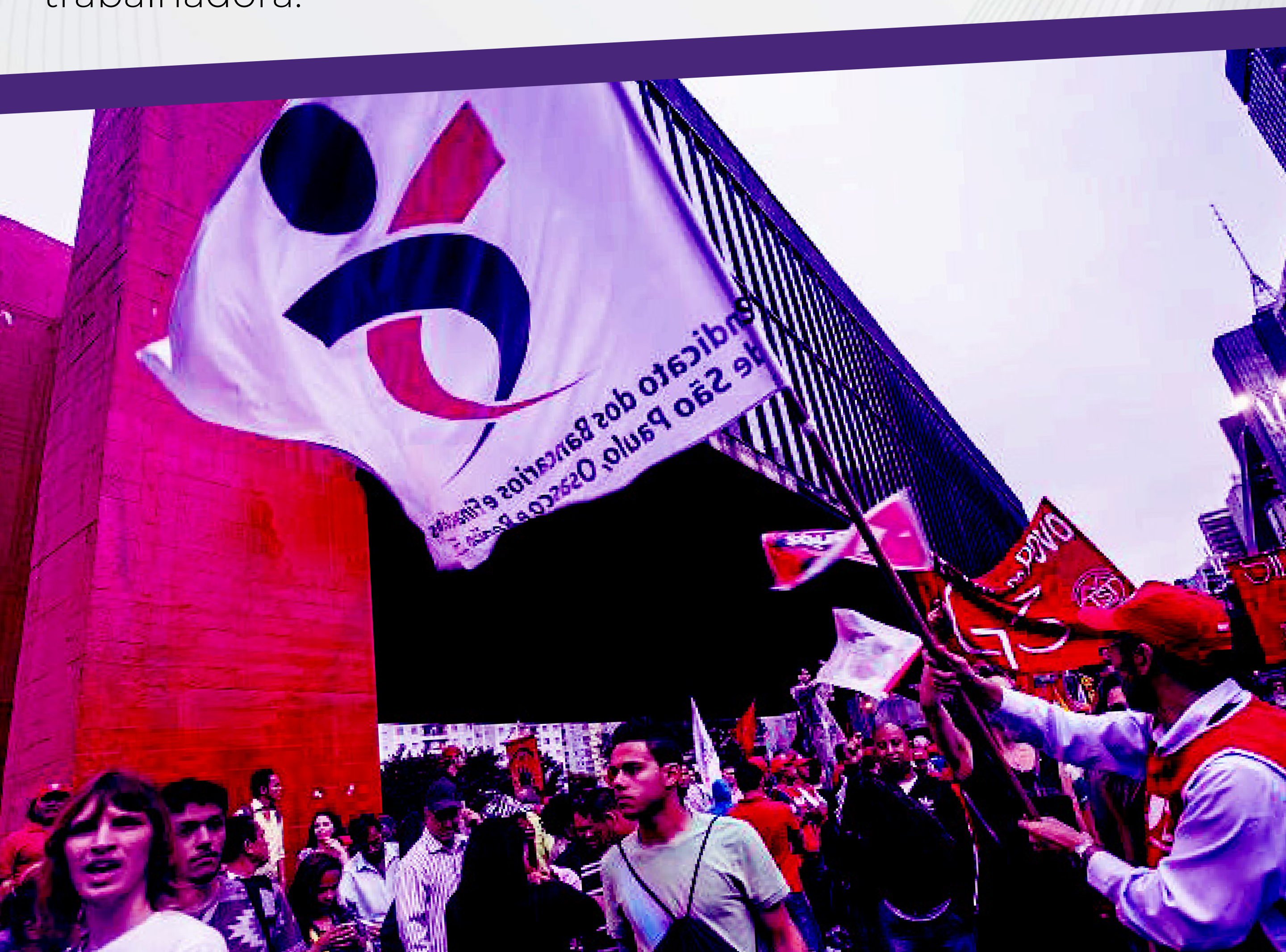
Tivemos uma luta diária, em defesa da vida. Como se não bastasse a pandemia, muitos bancos aumentaram as cobranças abusivas por metas em meio a um cenário de paralisia econômica. Neste cenário houve aumento de casos de doenças mentais e comportamentais, o que mobilizou o Sindicato e o Comando Nacional a reivindicar, durante todo o ano, a manutenção dos empregos e melhores condições de trabalho. O Sindicato se mobilizou contra as demissões, denunciando o setor pelo descumprimento do acordo com o movimento sindical em não demitir durante a pandemia.



Desde o dia 10 de agosto de 2020, por meio de uma parceria entre o Sindicato e diversas entidades como o Rede Rua, a quadra dos Bancários foi utilizada para a produção de refeições e distribuição, diariamente, de cerca de mil marmitas e sopas arrecadadas a partir de doações de empresas, entidades e pessoas físicas. A ação ocorreu por meio da campanha Bancário Solidário, criada em março, durante a pandemia, para que bancários pudessem fazer doações financeiras, de alimentos e roupas. Em 2021 foram doadas mais de 3,5 mil cestas e cerca de 2,76 toneladas de alimentos, distribuídas para comunidades carentes da periferia da cidade de São Paulo, chegando até as tribos indígenas no extremo-sul da cidade.

Fortalecemos nossa luta em defesa dos bancos públicos, após sucessivos ataques ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, provocados pelo governo federal e diretores das instituições.

E alertamos a população sobre o desmonte promovido pelo governo. Foram feitas campanhas e esclarecimentos, com os nomes e fotos de parlamentares e sua intenção de voto contra os trabalhadores, com dados que desmentiam informações oficiais e retirada de direitos. Realizamos também campanhas alertando sobre a importância do voto e de eleger políticos comprometidos com a classe trabalhadora.





Campanha 2021 – Após acordo de dois anos, a categoria bancária teve, em 2021, reajuste de 10,97% sobre salários, VA e VR, sobre as parcelas fixa e adicional e teto da PLR e demais verbas (13ª cesta, auxílio creche/babá, vale transporte, auxílio-funeral, requalificação profissional, entre outras). O reajuste corresponde à reposição da inflação (INPC entre 1º de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2021) mais aumento real de 0,5%. Com isso, a categoria bancária foi uma das poucas no Brasil a conquistar reajuste acima da inflação. Segundo dados do Ministério do Trabalho compilados pelo Dieese, 15,8% dos reajustes negociados no Brasil resultaram em ganhos reais aos salários, quando comparados com o INPC-IBGE. O percentual de resultados iguais a esse índice foi de 36,6%; e abaixo dele, de 47,7%.

A 23ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada pela Fetec-CUT/SP, teve uma abertura emocionante ao homenagear as vítimas da Covid-19 e ao dedicar o evento à Maria da Glória Abdo, a Glorinha, falecida em 2020, aos 81 anos. A Conferência teve como tema “Luta é vida!” e aprovou ações para resistir aos desmontes promovidos pelo governo Bolsonaro. Realizada pela segunda vez consecutiva de forma virtual, contou com a participação de 1.175 delegados e 131 convidados.

A força e organização nacional da categoria bancária resultaram em aumentos reais consecutivos ao longo dos anos. Desde 2004, o ganho real acumulado nos salários foi de 21,94%. Esse percentual é ainda maior nos pisos salariais, onde a categoria acumulou ganho real de 43,56%. Já nos benefícios de vale-alimentação e vale-refeição os ganhos acima da inflação nos últimos 17 anos foram de 35,49% e 33,96%, respectivamente. O auxílio-creche apresentou um ganho real ainda maior, de 44,78%, neste mesmo intervalo. Os ganhos dos trabalhadores movimentam a economia. De acordo com estimativa realizada pelo Dieese, o resultado da Campanha Salarial da Categoria Bancária de 2021 injetou cerca de R\$ 15,920 bilhões na economia.





Reestruturações; fechamento de agências; redução do quadro de funcionários; transferências; metas abusivas; perda de funções; assédio moral; corte da gratificação de caixa; pandemia. Não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelos bancários do BB para fazer com que o banco siga atendendo bem à população e contribuindo para o desenvolvimento do país.

Durante todo o ano, os bancários se uniram com outras categorias em mobilizações nacionais reivindicando vacina já, a volta do auxílio emergencial, contra os aumentos abusivos dos combustíveis, por empregos para todos e em defesa dos bancos públicos, com diversas mobilizações nas redes sociais (#BBoBancoDeTodos, #NãoDeixemVenderOBrasil, #VacinaJa) e distribuição de alimentos.

Em janeiro, a direção do Banco do Brasil anunciou um plano de reestruturação, com o fechamento de agências e outras unidades, além de um Plano de Demissões Voluntárias (PDV) com a dispensa de 5 mil trabalhadores do banco. O plano trouxe mudanças em 870 pontos de atendimento por meio do fechamento de agências, postos de atendimento e escritórios e a conversão de 243 agências em postos. E a transformação de oito postos de atendimento em agências, de 145 unidades de negócios em Lojas BB, além da realocação e 85 unidades de negócios e a criação de 28 unidades de negócios. O PDV teve duas modalidades de desligamento: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), para o que a direção do banco considera excessos nas unidades; e o Programa de Desligamento



Extraordinário (PDE), para todos os funcionários do BB que atenderem aos pré-requisitos. **O Sindicato se mobilizou e realizou diversas atividades, entre elas o Dia de Luta, com protesto nas redes (hashtag #MeuBBValeMais) e nas ruas. Também foi acionado o Ministério Público do Trabalho para a obtenção de informações sobre a reestruturação.**

Com 89.76% dos votos favoráveis, os bancários, da base do Sindicato, aprovaram em assembleia virtual a realização de paralisação por prazo determinado, no dia 29/01. Na base do Sindicato a adesão dos funcionários foi grande, e unidades do banco em todas as zonas da capital, além de Osasco e dos municípios da região, não abriram as portas. Dirigentes sindicais e trabalhadores do banco conversaram com a população e explicaram os motivos da greve. Houve também tuitaço com a hashtag #BBParado. **Em fevereiro**, dirigentes do Sindicato reuniram-se com representantes do Banco do Brasil para cobrar a recolocação sem perda de comissão dos funcionários em excesso das agências e escritórios digitais que foram sendo extintos por conta da nova reestruturação promovida pela direção da empresa. Em assembleia virtual, 87% dos bancários deliberaram pela deflagração de greve, e de **paralisação dia 10 de fevereiro**. Também houve mobilizações nas redes todos estes dias. (#BBParado e #MeuBBValeMais).



Em abril, ex-funcionários do Banco do Brasil que aderiram com o código 834 (desligamento consensual) ao Programa de Adequação de Quadros aberto na mais recente reestruturação denunciaram o atraso no ressarcimento no valor do plano de saúde. O Sindicato cobrou que o banco cumprisse com o que se comprometeu na imposição do PAQ: o pagamento, mediante ressarcimento, por até um ano, contado da data do desligamento, das mensalidades do Plano Cassi Família ou plano de saúde ofertado pelas patrocinadas de bancos incorporados, exclusivamente para o ex-funcionário, cujo desligamento ocorrido por meio do PAQ tenha cessado o direito de permanência no Plano de Associados da Cassi ou do respectivo plano oriundo de banco incorporado.

Protestos foram feitos durante todo o ano denunciando à população o desmonte que o Banco do Brasil vem sofrendo nos últimos anos, com o fechamento de milhares de postos de trabalho e

centenas de agências pelo país. Em maio, o Sindicato esteve em uma agência **no bairro de Sapopemba, na zona leste de São Paulo, protestando em defesa do Banco público, dialogando sobre a importância do banco público para o comércio, os empregos e a movimentação da economia em regiões; em julho, com a campanha nacional “O bom do BB é”, estivemos na agência da Avenida Belmira Marin, no bairro do Grajaú, zona sul de São Paulo. Em julho, dirigentes do Sindicato protestaram contra o desmonte dos bancos públicos promovido pelo governo Bolsonaro em frente a agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em Itaquera, zona leste de São Paulo. Com carros de som e faixas, os dirigentes denunciaram a falta de funcionários nos dois bancos, que resulta em pior atendimento à população, o ataque aos direitos dos trabalhadores e a redução da**



oferta de crédito pela Caixa e pelo BB.

A luta contra a reestruturação anunciada em janeiro pela direção do Banco do Brasil também foi feita na Justiça. O Sindicato ajuizou quatro ações coletivas na Justiça do Trabalho de São Paulo e conseguiu uma importante vitória. Em resposta a uma ação movida pela Contraf-CUT, a Justiça do Trabalho em Brasília concedeu liminar proibindo o banco de retirar a gratificação de função dos caixas, até que o mérito da ação fosse julgado. Determinou, ainda, a incorporação da gratificação de função para aqueles que a exercem há mais de 10 anos. A decisão teve validade para todo o Brasil.

Outra decisão liminar do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região impediu que o Banco do Brasil fechasse agências, unidades e postos de atendimento, bem como transferisse funcionários de postos de trabalho de forma compulsória na cidade de São Paulo. O parecer favorável à ação impetrada pelo Sindicato estabeleceu uma multa diária de R\$ 10 mil reais em caso de descumprimento.

Em março, funcionários do Banco do Brasil aprovaram o **Acordo Coletivo de Trabalho Emergencial** (Pandemia Covid-19), em assembleia virtual. O acordo prevê que não haverá descomissionamentos por desempenho enquanto durar a pandemia; prevê ainda anistia de 10% do saldo total de horas negativas a compensar e prazo de compensação de horas negativas de 18 meses. Com a aprovação, o que já havia sido acertado em acordo anterior, que venceu em 31 de dezembro de 2020, foi estendido, uma vez que liminar do STF prorrogou o estado de pandemia.



No início do ano, o Sindicato denunciou que o BB estava convocando funcionários demissionários a irem até seus locais de trabalho para assinarem o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRTC), apesar do risco da pandemia. A reforma trabalhista de Temer acabou com a obrigatoriedade das rescisões serem homologadas nos sindicatos. Bancários que apresentaram rescisão de contrato de trabalho com ressalva denunciaram que alguns gestores rejeitaram o termo. Um chegou a negar a devolução da carteira de trabalho assinada. **Após denúncia e cobrança da entidade para que o Banco do Brasil orientasse os gestores, o bancário demissionário do BB recuperou a carteira de trabalho.** Com a atuação do Sindicato, o banco convocou novamente o trabalhador para formalizar a rescisão de contrato e, desta vez, aceitou a ressalva.

Durante o ano, os gestores do Banco do Brasil declararam publicamente o desmonte do banco. No mês de abril, o vice-presidente de varejo, Carlos Mota, e o novo presidente do BB, Fausto Ribeiro, um dos superintendentes regionais do banco, disseram, orgulhosos, que 100% das operações de crédito para pequenos agricultores é realizada em seu estado através de correspondentes bancários, e não em agências. **No fim do ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, colocou mais uma vez o Banco do Brasil, a Petrobras e todas as demais estatais na “fila” da privatização. "Um plano para os próximos dez anos é continuar com as privatizações. Petrobras, Banco do Brasil, todo mundo entrando na fila, sendo vendido e sendo transformado em dividendos sociais", declarou Paulo Guedes.**



Desde os primeiros casos registrados durante a pandemia, o movimento sindical cobrou posicionamento do banco para seguir recomendações sanitárias e a implementação de comunicação preventiva em todos os locais de trabalho.

O Sindicato esteve mobilizado para a manutenção dos protocolos de segurança, na volta do trabalho presencial. Em outubro, um grupo técnico da comissão bipartite para a construção de um manual de conduta dos funcionários do Banco do Brasil no retorno ao trabalho presencial analisou a proposta de manual do BB e fez uma série de apontamentos para garantir a tranquilidade e a saúde dos trabalhadores.

O movimento sindical reforçou o uso obrigatório de máscaras PFF2/N95, fornecidas pelo banco; a necessidade de higienização, sanitização e a reformulação do layout das estações de trabalho; a proibição de comemorações e a realização de eventos que gerassem aglomerações nos ambientes de trabalho. E enviou ofício notificando o banco sobre a necessidade de urgência para implementação do regime de trabalho em home office, cujas premissas já foram contempladas em acordo específico. Dirigentes sindicais denunciaram que muitas agências estavam operando com correspondentes bancários executando negócios na fila de triagem na sala de autoatendimento e utilizando equipamento do banco internamente para concluir os negócios – desrespeitando uma decisão do próprio sistema financeiro – sem equipamentos de proteção individual contra o coronavírus, e sem protocolos internos de prevenção.



Após diversas denúncias, o movimento sindical atuou na Vipat (Vice-presidência de Atacado), que estaria chamando de volta para o trabalho presencial um contingente de pelo menos 20% do quadro de funcionários de suas diretorias. No fim do ano, sem nenhuma negociação com o movimento sindical, a direção do banco apenas comunicou a convocação dos funcionários do grupo de risco, com exceção das gestantes, para o retorno ao trabalho presencial. Em dezembro, os bancários do Banco do Brasil de todo o país realizaram um Dia Nacional de Luta, em protesto contra o fim do trabalho em home office e pela implementação do acordo de teletrabalho. Em São Paulo, obedecendo todos os protocolos em relação à Covid-19, as atividades foram concentradas no Centro Empresarial de São Paulo (Cenesp), Complexo Verbo Divino, ambos na zona sul da capital paulista; e no prédio da Álvares Penteado (SAC), no Centro. **Após mobilização, o banco anunciou que grávidas; imunossuprimidos (pessoas que respondem com menos eficiência às vacinas); em tratamento contra câncer; deficientes auditivos (devido à dificuldade de comunicação pelo uso de máscaras) e quem não se vacinou por indicação médica permaneceriam em home office. O retorno ao trabalho presencial fez com que os casos de Covid-19 aumentassem exponencialmente nos prédios do Banco do Brasil (BB), localizados na base do Sindicato.**

Em junho, representantes dos empregados do Banco do Brasil cobraram do novo presidente da instituição financeira, Fausto Ribeiro, a retomada da mesa de negociação sobre os bancos incorporados pelo BB, como Nossa Caixa, BESC, BEP e o BNC. A cobrança foi feita durante reunião da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB). Entre os demais assuntos que foram tratados no encontro, como a vacinação dos empregados do BB, a representação dos trabalhadores entregou um ofício com questões de interesse dos funcionários provenientes de bancos incorporados pelo BB, reforçando a importância da via negocial para a solução dos conflitos trabalhistas.

O Banco do Brasil abriu concurso para a contratação de dois mil escriturários para a área comercial, que atuarão na rede de agências de todo o país, e outros 240 para a área de tecnologia, para trabalho em Brasília. A contratação de mais trabalhadores é uma cobrança recorrente do Sindicato para reduzir a sobrecarga de trabalho, fortalecer o papel social do BB e melhorar o atendimento à população.





Com o pagamento do auxílio emergencial, o movimento sindical cobrou a vacinação para os empregados da Caixa e esteve mobilizado durante todo o ano contra a direção do banco, que manteve a exposição dos empregados em um período de maior risco de contaminação em meio a uma pandemia. O Sindicato também realizou diversos atos conversando com a população sobre a importância da Caixa 100% Pública e da sua função social, alertando para a importância da sociedade se mobilizar contra a privatização, que o governo federal tenta promover na Caixa.

Durante todo o ano, inúmeras manifestações foram realizadas. Em janeiro, o Sindicato promoveu uma paralisação no edifício Brás, da Caixa, após diversas denúncias de convocação do trabalho presencial. Nas agências Itaquera e da SEV Itaquera da Caixa, os trabalhadores protestaram contra o assédio moral, cobrança de metas abusivas e o descaso da gestão do banco com a saúde mental dos empregados. O Sindicato promoveu protesto na agência Sete Abril da Caixa, no centro da capital paulista, retardando a abertura da unidade contra as metas abusivas impostas aos empregados, em plena pandemia.

Também houve mobilização nacional por vacina já, pela volta do auxílio emergencial, contra o desmonte do Banco do Brasil e da Caixa, contra a venda da Petrobras e contra a incompetência e falta de ações do governo Bolsonaro diante da pandemia que bateu recordes seguidos de mortes no país. Em abril, empregados da Caixa deflagraram atividade nacional para cobrar o pagamento da PLR Social como determina o Acordo Coletivo de Trabalho, por mais contratações, contra o fatiamento da Caixa e em defesa da saúde e da vida dos trabalhadores no momento mais crítico da pandemia. Em agosto, o Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público e dos Direitos dos Trabalhadores, empregados da Caixa dialogaram com a população e entregaram panfletos, no calçadão de São Miguel Paulista, em defesa dos serviços e empresas públicas.



Em março, representantes dos empregados da Caixa cobraram respostas para uma série de questões que envolveram a saúde, as condições de trabalho e os direitos dos empregados. A reunião foi fruto da mobilização na Gipes, quando foi reivindicada a realização dos fóruns e reuniões periódicas, que são compromisso da Caixa. Por conta do aumento do número de mortes e contaminações, os representantes dos empregados cobraram mais proteção para os trabalhadores e enfatizaram a importância da realização periódica do Fórum de Saúde e Condições de Trabalho. **Após muita luta dos empregados, organizados no Sindicato e nas demais entidades representativas, a direção da Caixa anunciou reforço nas medidas de proteção contra a Covid-19.** Uma das medidas anunciadas foi a instalação de protetores acrílicos nas agências, uma recorrente reivindicação do movimento sindical. Também foram contratados seguranças externos e recepcionistas para o período de pagamento do auxílio-emergencial. A Caixa também contratou empregados diretos, uma antiga e permanente reivindicação do Sindicato e das demais entidades representativas.

O movimento sindical conquistou, desde o início da pandemia, avanços importantes na proteção dos trabalhadores contra o coronavírus, mas, em relação ao home office algumas medidas tiveram de ser revistas durante o ano. Diferentemente do que já aconteceu com outros bancos, a direção da empresa demorou para se comprometer com o pagamento da ajuda de custo para gastos domiciliares (energia, internet etc.), com o fornecimento de mobiliário e infraestrutura para os bancários em regime de teletrabalho e o controle da jornada. **No mês de setembro, o Sindicato conquistou a prorrogação do Projeto de Trabalho Remoto.**



No apagar das luzes de 2020, os bancários das áreas-meio Cepti, Cetec e Cedes, vinculadas à Vitec, foram surpreendidos com a informação de que seriam deslocados para agências. O movimento sindical cobrou, em ofício, o fim desta reestruturação. Os representantes dos trabalhadores, por meio da Comissão Executiva dos Empregados, também cobraram da direção da Caixa a realização de uma audiência com a Vitec para debater o tema. O Sindicato iniciou, ainda, um abaixo-assinado para que empregados da Caixa e demais trabalhadores e clientes ajudassem a pressionar a direção do banco público contra a reestruturação. A petição teve mais de mil apoiadores, em uma mostra da mobilização e da rejeição da medida. **Em abril, a direção da Caixa resolveu convocar todos os empregados de Tecnologia da Informação (TI) - CEPTI, Cedes e Ciaus -, exceto os incluídos no grupo de risco, para retorno ao trabalho presencial.** O Sindicato enviou ofício ao banco questionando a medida e alertando para a possível responsabilidade civil e criminal da direção em caso de contaminações por Covid-19 decorrentes de erros desnecessários de gestão.

Uma das maiores conquistas da Campanha Nacional dos Bancários de 2020, o Saúde Caixa para Todos entrou em vigor em 2021, após o movimento sindical reivindicar a inclusão dos trabalhadores que estavam fora do plano. A demanda já era antiga dos trabalhadores: desde 31 de agosto de 2018, quando os novos contratados não foram inseridos no plano de assistência à saúde, com a inclusão de cerca de 10 mil empregados. O acordo do novo plano de saúde manteve os princípios de pacto intergeracional, solidariedade e mutualismo e a inclusão dos novos contratados que entraram após 31 de agosto de 2018, principalmente dos PCDs.



Os hospitais Pró-Matre e Santa Joana, que realizam atendimento de gestantes na cidade de São Paulo, voltaram a ser credenciados pelo Saúde Caixa, após terem sido retirados, no início do ano, da lista de instituições que prestam atendimento para os beneficiários do plano de saúde. O recredenciamento aconteceu após denúncia de empregadas da Caixa que buscaram atendimento nos hospitais e receberam a notícia da descontinuação do atendimento, que aconteceu sem nenhum aviso prévio.

No início do ano, o banco exigiu que os gerentes PJ visitassem os clientes, tendo como meta o número de visitas. O Sindicato se reuniu com todos os superintendentes da Caixa em São Paulo cobrando o fim destas visitas. Além de obrigar gerentes PJs a fazerem visitas presenciais, cobraram metas para esta tarefa, convocou empregados das áreas meio CIACV e CIGAD para voltarem ao trabalho presencial. Também durante o ano, o Sindicato recebeu denúncias de que a Caixa estaria realizando apontamentos

para descomissionamento de empregados por não cumprimento de metas de vendas de produtos. Os trabalhadores também relataram sofrer pressão para a comercialização das ações da Caixa Seguridade nas agências bancárias, de forma indiscriminada. Em abril, o Sindicato já havia protocolado denúncia à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por irregularidades na venda de ações na IPO da Caixa Seguridade, por descumprimento de duas das instruções da Comissão (539 e 400).

As intenções de desmonte e posterior privatização da Caixa Econômica Federal foram escancaradas pelo governo Bolsonaro. Em diversos eventos públicos, o presidente da Caixa e porta-voz deste projeto de desmonte, Pedro Guimarães, reforçou a intenção da venda de fatias de subsidiárias do banco público, especialmente a seguridade, cartões, gestão de recursos, loterias e banco digital. Ele ainda ameaçou que o banco fecharia agências em cidades com menos de 40 mil habitantes e "sem número suficiente de clientes". **Em abril,**



trabalhadores se reuniram contra a oferta pública inicial de ações da Caixa Seguridade, parte do projeto de privatização aos pedaços da Caixa.

Em outubro, os empregados da Caixa, da ativa e aposentados, da base do Sindicato, aprovaram em assembleia a proposta para a sustentabilidade do Saúde Caixa. A proposta, aprovada por 72,47% dos trabalhadores que participaram da assembleia, foi construída pela representação dos trabalhadores. Mantém as premissas atuais do Saúde Caixa: proporção 70/30 (70% de contribuição do patrocinador e 30% dos empregados); solidariedade (cada indivíduo contribui de acordo com sua capacidade); pacto intergeracional (renda, e não idade, é que determina o valor do plano); e mutualismo (todos contribuem para que aqueles que tenham necessidade de uso possam fazê-lo, sem lucro para operadora ou custos com publicidade); além de acrescentar medida para a melhoria da qualidade, com relatórios trimestrais de credenciados e descredenciados por estado. A proposta do movimento sindical foi fruto de debates entre o GT Saúde Caixa e os representantes dos empregados para vencer os obstáculos colocados pela gestão e pelo governo.

Após cobranças do Sindicato, feitas a partir da grande insatisfação dos empregados, a Caixa afirmou que não iria cancelar o convênio com a Verocard para a operação dos vales alimentação e refeição.





Pelo segundo ano consecutivo, a direção da Caixa pagou um valor menor de PLR aos empregados do que o determinado pelo Acordo Coletivo de Trabalho. Por meio da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), o Sindicato enviou ofício questionando a direção do banco sobre o valor pago aos empregados referente à parcela adicional da PLR e à PLR Social. O Sindicato ingressou com ação na 57ª Vara da Justiça do Trabalho para cobrar da Caixa o pagamento correto da PLR Social. A direção do banco público distribuiu aos seus empregados apenas 3% do lucro líquido contábil do banco relativo a 2020, ao invés de 4%, como determina o Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre os representantes do banco e dos trabalhadores. Essa parte da PLR tem a finalidade de reconhecer o papel social do trabalho dos empregados.

Em junho, após muita pressão dos trabalhadores, a Caixa finalmente anunciou novo prazo para que empregados com função gratificada apresentem certificações Anbima como, por exemplo, a CPA-20. A prorrogação do prazo foi objeto de cobrança recorrente das entidades representativas e foi uma das pautas na mesa permanente de negociação com o banco. Essa foi uma vitória da organização dos empregados, junto às suas entidades representativas.





Durante toda a pandemia, os dirigentes sindicais atuaram ativamente pela manutenção das medidas de proteção aos trabalhadores. A luta do movimento sindical contra as demissões e fechamento de agências também foi constante em 2021.

Em março, o Bradesco atendeu a reivindicação do movimento sindical e estendeu o prazo para testagem sorológica da Covid-19. No mês de setembro, o Sindicato discutiu com o banco os critérios para o trabalho presencial. Os trabalhadores reivindicaram o reforço na comunicação para cumprimento de protocolos (distanciamento, evitar aglomerações, uso de máscara, higienização, uso do álcool em gel), além de escalonamento de horários de entrada/saída e de almoço e a higienização do sistema de ar condicionado das unidades. **Em novembro, o banco anunciou ao movimento sindical o horário normal de atendimento das agências: das 10h às 16h.** E o Sindicato manteve a fiscalização nas unidades bancárias para manter o protocolo, que envolveu a sanitização da agência, afastamento de bancários com suspeita de contaminação e testagem. **Em dezembro, após luta do movimento sindical, o banco atendeu reivindicação do Sindicato e reajustou o valor pago por quilômetro rodado ao bancário, para quem utiliza carro próprio para realizar visitas aos clientes.** O valor passou de R\$ 0,86 para R\$ 1,02. Também no fim do ano, os trabalhadores apresentaram temas prioritários da minuta específica do Bradesco para discussão com o banco, como, por exemplo, plano de saúde, e o acordo de teletrabalho. Foram definidas as premissas para o retorno presencial,



como a obrigatoriedade do ciclo vacinal completo (duas doses ou dose única) há pelo menos 15 dias; não retorno ao trabalho presencial bancários do grupo de risco para a Covid-19 e gestantes. **O banco informou ainda que os horários de entrada e almoço permanecem escalonados para evitar aglomerações.** Já o valor do vale transporte, equivalente a 15 dias, voltou a ser creditado para todos os funcionários aptos para o retorno ao trabalho presencial. A direção do banco anunciou também que foi aprovado o estudo para fornecimento de máscara tripla para os bancários em trabalho presencial e, nas próximas remessas, o novo modelo foi disponibilizado para todos os trabalhadores (rede de agências e prédios administrativos). **A comunicação sobre o uso de máscaras e demais protocolos de higiene e distanciamento foram reforçados por meio de janelas pop up no sistema, no informativo interno Sempre em Dia e por e-mail.**



Diversas atividades e mobilizações ocorreram durante o ano contra o fechamento das agências. **Em fevereiro, dirigentes sindicais protestaram em Carapicuíba contra o fechamento de uma agência do Bradesco, com abaixo-assinado para impedir o fechamento da única agência no bairro. No fim do ano, o banco comunicou ao Sindicato o encerramento das atividades em três prédios: Alameda Rio Negro, Santa Cecília e Nova Central.** O encerramento das atividades nos três prédios afeta em torno de 2.740 bancários, sem contar outras empresas coligadas. Em novembro, bancários de todo o país deflagraram um Dia Nacional de Luta, com atividades na matriz do Bradesco, localizada em Osasco, e em agências do centro de São Paulo. Dirigentes sindicais distribuíram carta aberta à população ressaltando o alto lucro apresentado pela instituição financeira e as demissões em um momento de pandemia.

Durante todo o ano, a atuação do movimento sindical foi essencial para reverter as demissões de trabalhadores. Em janeiro, foram canceladas a demissão de uma gestante e de um funcionário que estava na estabilidade pré-aposentadoria. **Em agosto, a atuação do Sindicato conseguiu também reverter junto ao Bradesco a demissão de um bancário demitido em estabilidade pré-aposentadoria.** O bancário, com quase 35 anos de banco, havia sido demitido em julho de 2021, quando estava atuando em home office.



Após anos de cobranças, paralisações, protestos e até mesmo de ações judiciais, o Bradesco finalmente atendeu a reivindicação dos trabalhadores e respeitou o feriado municipal de Osasco, em 19 de fevereiro, aniversário da cidade. **Em maio, o banco acatou a reivindicação dos gerentes de agência e concedeu cinco folgas a estes bancários, referente aos cinco feriados municipais antecipados em São Paulo.**

O Bradesco atendeu solicitação do Sindicato, feita em ofício enviado ao banco em janeiro, e prorrogou os mandatos de cipeiros até janeiro de 2022. Por conta da pandemia, não foram realizadas eleições para Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa). **Em novembro, os bancários aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho referente ao Programa de Capacitação Designado Cipa 2021/2022 (Cipa Treinet), com vigência de dois anos a contar da data de sua assinatura.** O acordo foi aprovado com 93% dos votos. Com a aprovação do acordo, ficou garantido, em ambientes de trabalho com menos de cem funcionários, que ao menos um realize o curso de capacitação, tão importante para tornar o local de trabalho mais seguro. O Programa de Capacitação Designado Cipa 2021/2022 (Cipa Treinet) incluiu o funcionamento da Cipa, acidentes e doenças de trabalho, condições de trabalho e medidas de controle de riscos. O programa foi feito em parceria com o Sindicato.





No fim do ano, os bancários do Banco Next aprovaram Acordo Coletivo de Trabalho que rege questões como adequação da jornada de trabalho dos empregados dos canais de atendimento chat e voz, monitoramento de redes sociais e suporte, de forma a garantir a não interrupção dessas atividades e assegurar os direitos destes trabalhadores. O ACT foi aprovado com 98,92% dos votos. Dos trabalhadores abrangidos pelo acordo, 70,62% participaram da assembleia. O ACT aprovado, que possui validade de dois anos, é o primeiro acordo de teleatendimento do Banco Next submetido a assembleia específica. Ele segue as mesmas regras e princípios do Acordo de Teleatendimento do Bradesco.

Os bancários do Bradesco Financiamentos também aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho referente às áreas de análise de crédito, atendimento e de suporte, com vigência de dois anos a contar da data de sua assinatura. O acordo foi aprovado com 93% dos votos. Com a renovação do acordo, ficou assegurado o descanso de dois dias consecutivos, coincidentes ao menos duas vezes no mês com sábados e domingos, e folga de caráter compensatório. Assegura-se também o pagamento dos plantões para cada dia de trabalho que coincidir com sábados, domingos e feriados, corrigidos pelo mesmo valor da Convenção Coletiva de Trabalho.





No início do ano, o sistema de compensação voltou a ser mensal. O período de acúmulo de horas negativas, conhecido como banco de horas, encerrou-se em 31 de dezembro de 2020, e o saldo acumulado foi compensado até dezembro de 2021. Em janeiro, o movimento sindical se reuniu em com o banco para definir as regras de compensação. Os trabalhadores que se declararam como grupo de risco para Covid-19 e estavam afastados do trabalho presencial tiveram suas faltas abonadas pelos gestores.

Também no início do ano, o Itaú atendeu reivindicação do Sindicato e comunicou que o número de sessões de terapia reembolsáveis através da Fundação Saúde Itaú foi ampliado de 24 para 40 sessões de terapias como psicologia, terapia ocupacional e fonoaudiologia. Em outubro de 2020, em plena pandemia de coronavírus e sem qualquer negociação ou aviso prévio, o banco havia reduzido o número de sessões reembolsáveis pela metade, de 48 para 24.

Durante todo o ano, os trabalhadores se mobilizaram contra as demissões e fechamento de agências. Depois do CA Brigadeiro e do ITM, o Itaú anunciou o fim das atividades de dois centros administrativos: a WTorre e o CA Pinheiros. Em fevereiro, o banco demitiu mais de 200 gerentes operacionais (GO) e gerentes-gerais comerciais (GGC) em todo o Brasil. Em 2021, o Sindicato se mobilizou em campanhas nas ruas e redes sociais para alertar a sociedade a respeito dos problemas pelos quais enfrentaram cotidianamente os empregados de uma das maiores instituições financeiras do país, com as hashtags



#QueVergonhaltaú e #IssoÉMuitoItaú, alertando para as centenas de demissões, metas abusivas, adoecimento dos trabalhadores, sobrecarga de trabalho, desvios de função, fechamento de agências e assédio moral.

Em março, o banco apresentou seu novo programa de remuneração variável, denominado GERA. O anúncio foi feito em meio à pandemia de Covid-19 no Brasil e com denúncias de descaso por parte do banco em relação a casos da doença entre os trabalhadores. **Durante o ano, os trabalhadores reivindicaram a suspensão da implementação do GERA,** bem como a redução das metas, a importância do reforço para o cumprimento do protocolo contra a Covid-19, demissões, banco de horas negativas, o retorno das homologações nas entidades sindicais e a dificuldade em conseguir realocação através do POC (Programa de Oportunidade de Carreira). **Em agosto, a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú e alguns membros do Comando Nacional dos Bancários se reuniram com a direção do banco para debater as mudanças que afetam a categoria e as relações de trabalho implementadas pelo banco nos últimos anos.**

ISSO
MUITO
ITAÚ

É

#QueVergonhaltaú



A luta do Sindicato contra as cobranças de metas abusivas foi constante. **Em março, depois de muita pressão para que os bancos diminuíssem as metas e o contingente de bancários trabalhando presencialmente em um momento grave da pandemia**, o Itaú implantou um esquema de rodízio na antecipação dos feriados, bem como a redução da entrega de resultados. O Sindicato cobrou do Itaú a suspensão das metas e o retorno do home office após uma pesquisa, entre os dias 15 e 18 de março, em 30 agências Itaú da zona leste, onde trabalhavam 356 bancários. Segundo os trabalhadores, em 26 unidades bancárias não havia qualquer tipo de rodízio de trabalho (80% do total), ou seja, todos cumpriam suas jornadas de trabalho presencialmente. A pressão dos trabalhadores fez o banco garantir a pontuação mínima no GERA nos dias da antecipação do feriado. Também resultou na garantia da pontuação para os afastados por suspeita de Covid-19. Os trabalhadores se reuniram com a direção do Itaú para negociar o retorno presencial ao trabalho, a partir de 20 de setembro, dos bancários do grupo de risco, que envolvem 1360 funcionários de agências com ciclo vacinal completo, mais 14 dias, com exceção das gestantes. O banco se comprometeu a enviar comunicado institucional sobre o retorno ao trabalho com as devidas orientações, para que não houvesse excessos por parte dos gestores.



O Sindicato acompanhou o retorno presencial, com a entrega de um texto de sugestão do protocolo de prevenção da Covid-19. Ficou definido com o banco que nenhum trabalhador deveria retornar sem a imunização completa há pelo menos 15 dias; realização de exames médicos de retorno ao trabalho, nos quais a indicação do médico assistente deverá ser levada em consideração; trabalhadores com histórico de infecção pela Covid-19 devem ser acompanhados pela medicina ocupacional do banco, para a devida readaptação ao trabalho gradativo em função das possíveis sequelas da doença; distanciamento de 1,5m a 2m; uso de EPI's adequados, cedidos pelo banco; sanitização dos ambientes de trabalho; monitores de controle de ar em cada ambiente de trabalho; liberação de estacionamentos de agências e prédios administrativos; testagem contínua dos trabalhadores; gestantes, pessoas com mais de 60 anos e com comorbidades devem permanecer em teletrabalho. No mês

de novembro, o banco comunicou que todos os funcionários de polos administrativos voltariam ao trabalho presencial, de forma gradativa, mediante agendamento de polo, mesa e período desejado.

Em negociação com o Itaú, os bancários conquistaram reajuste no Programa Bolsa Auxílio Educação do Itaú. Foram 5,5 mil bolsas de estudo que tiveram um reajuste de aproximadamente 10%, na comparação com o valor de 2020. Para 2022, o reajuste do programa será o mesmo da categoria para os salários, ou seja, a reposição do INPC, mais 0,5%. A estimativa é que o valor seja de aproximadamente R\$ 480.

Após negociação com o Sindicato, no início do ano, ficou acordado que os trabalhadores teriam um período de 18 meses, a partir do mês de março, com o limite de duas horas por dia, para compensar as horas negativas. O acordo foi acompanhado trimestralmente para avaliação.



Em maio, os bancários do Itaú aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho que regulamentou temas como o Programa Complementar de Remuneração (PCR), bolsas auxílio-educação e banco negativo de horas. O acordo incluiu os critérios do PCR, garantiu 5.500 bolsas para primeira graduação, segunda graduação e primeira pós-graduação; a plataforma de treinamento Itaú Unibanco; e a prorrogação até 31 de agosto de 2022 para compensação do saldo de horas negativas; entre outros pontos.

O candidato apoiado pelo Sindicato, Daniel Cardinali, foi eleito para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da concentração do Itaú Centro Empresarial do Aço. Comprometido com os interesses dos bancários, Cardinali se elegeu com propostas de melhoria nas condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores do polo administrativo. A eleição ocorreu entre os dias 6 e 12 de julho.

No fim do ano, o Sindicato firmou, junto ao Itaú, acordo de controle de jornada e quitação das obrigações do registro de ponto dos funcionários além do controle mensal do registro de ponto diário. Os bancários tiveram acesso a um termo de quitação de horas referente a 2020 e tiveram a possibilidade de discordarem ou não com os registros.



Em novembro, bancários do Itaú aprovaram a proposta para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho que trata da CCV (Comissão de Conciliação Voluntária) do Itaú Unibanco. A proposta foi aprovada por 98% dos trabalhadores. A CCV do Itaú, realizada de forma virtual pelo Sindicato, é um fórum tripartite – reunindo ex-funcionários, representantes do Sindicato e do banco – que busca acordos para pendências trabalhistas antes de serem levadas à Justiça. Qualquer trabalhador pode recorrer à CCV, exceto demitidos por justa causa, uma vez que o fórum atua na reivindicação dos direitos trabalhistas que possam ter sido violados durante o contrato de trabalho.

Com 98% de votos favoráveis, os bancários do Itaú das Centrais de Teleatendimento aprovaram a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho, para disciplinar a Jornada Especial. O acordo coletivo aprovado abrangeu os funcionários da base territorial do Sindicato que trabalham nas áreas de Telemarketing Ativo ou Receptivo, Prestação de Serviços, Suporte, Informações, Venda de Produtos, todos no âmbito da Diretoria de Atendimento ao Cliente. Dentre outros pontos, o acordo da central de atendimento regulamenta a jornada de trabalho de seis horas, com duas pausas de 15 minutos, e também garante uma folga cheia de sábado e domingo por mês. Plantões com escalas aos finais de semanas terão de ser comunicados com 30 dias de antecedência. O acordo impede que o bancário trabalhe mais do que seis dias consecutivos na semana, sendo garantido que as escalas dos finais de semana observarão tal limite, e assegurando jornada extraordinária no sábado ou no domingo. Nas escalas de revezamento aos finais de semana, o empregado receberá, na jornada extraordinária realizada aos sábados um adicional, de 50% sobre a hora normal. As horas extras realizadas aos domingos e feriados serão remuneradas com adicional de 100% sobre a hora normal. O acordo tem validade retroativa a maio de 2021 até maio de 2023.





Em janeiro, os bancários do Santander aprovaram, com 96,41% dos votos, o Acordo Aditivo para o adiamento da compensação das horas negativas. Após negociação com o Santander, o Sindicato conquistou proposta de Acordo Aditivo para adiamento do início da compensação das horas negativas – inicialmente previsto para janeiro – para o mês de março. Além disso, a proposta ampliou o período para a compensação de 12 para 18 meses, sendo vetado o desconto em folha de pagamento até encerrado este prazo. Em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria, também foi vetado o desconto das horas não compensadas. Também foram disponibilizadas inscrições para programa de bolsas de estudo de primeira graduação e pós-graduação, com 2.500 bolsas (1.000 para primeira graduação; 1.400 para primeira pós-graduação; e 100 para primeira especialização MBA) de até 50% do valor dos cursos, com teto de R\$ 654 por mês.

Durante todo o ano, o Sindicato atuou para debater o avanço da pandemia de coronavírus e medidas de proteção aos trabalhadores. O banco espanhol desrespeitou o movimento sindical, trabalhadores e clientes durante todo o ano de 2021. **No início do ano, em plena pandemia, o banco convocou os trabalhadores para o retorno presencial, e manteve os prédios do Santander com 70% de ocupação e agências com um percentual ainda maior.** O Sindicato cobrou que o banco fornecesse o protocolo de segurança, por escrito, tanto para os sindicatos quanto para os trabalhadores e, embora o banco afirmasse que não existia orientação para que gerentes realizassem visitas externas e caravanas, o movimento sindical recebeu inúmeras



denúncias de gestores que insistiam nestas práticas. Com o agravamento da pandemia, o sindicato exigiu o retorno do regime de home office para os seus trabalhadores, e o aumento do esquema de rodízio de trabalho presencial nas agências. Com a pressão do movimento sindical, em março, o banco reduziu o número de bancários trabalhando presencialmente nos seus centros administrativos e anunciou redução de pessoas trabalhando na Torre. E, por conta da gravidade da pandemia de coronavírus e considerando a fase vermelha em São Paulo, o banco retornou o rodízio nos prédios administrativos, com 50% das equipes em teletrabalho e 50% em presencial, revezando semanalmente. Além disso, o banco antecipou o 13º salário, com pagamento no dia 30 de abril e garantiu ao Sindicato que o atendimento ao público nas agências era apenas para serviços essenciais, como pagamento de benefícios e desbloqueio de cartões.

Em abril, atendendo a

novas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e também às reivindicações do movimento sindical, o Santander anunciou novas medidas para prevenção e controle da Covid-19, incluindo novas regras de testagem sorológica.

Os testes para pessoas que tiveram contato com alguém contaminado foram no 5º dia após o contato com um caso confirmado de infecção com o novo coronavírus, mesmo que assintomático.

O Sindicato também pressionou o banco após aumento de metas no Santander para que os bancários realizassem suas tarefas diárias.

O Sindicato recebeu diversos relatos de bancários que estariam fazendo horas extras diariamente e também aos finais de semana, sem saber como e se iriam recebê-las. Este fato ocorreu com os trabalhadores em home office que assinaram o contrato de teletrabalho, imposto pelo Santander, e



sem a participação do Sindicato.

No mês de março, em uma decisão arbitrária e unilateral, o banco anunciou que não pagaria mais aos bancários as horas extras realizadas aos finais de semana e feriados, que passariam a ser exclusivamente compensáveis. Em outubro, o Sindicato conquistou uma importante vitória na Justiça, em primeira instância, contra o termo individual imposto pelo Santander aos bancários para compensação do trabalho aos finais de semana e feriados. O juiz Fábio Moterani, da 74ª Vara do Trabalho de São Paulo, determinou a ilegitimidade deste termo para compensação do trabalho aos finais de semana e feriados, multa em razão de descumprimento e pagamento das horas extras referentes ao trabalho nos feriados antecipados em São Paulo. A sentença foi válida apenas para a capital paulista.

O Santander implementou um canal de atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero. O serviço é uma conquista da categoria assegurada na CCT dos bancários de 2020 e agora foi finalmente colocado em prática pelo banco. Através do canal, o Santander oferece ajuda psicológica para além da cobertura do convênio médico para a vítima e sua família, além de assistência jurídica e financeira, caso seja necessário. O banco também auxilia no encaminhamento à delegacia da mulher e na transferência de local de trabalho e residência.



Em maio, o Santander, em mais uma demonstração de absoluta falta de civilidade e respeito para com os bancários brasileiros, responsáveis pela maior fatia do lucro global da empresa, cortou 55% do salário de mais de 40 dirigentes sindicais bancários, cipeiros e trabalhadores em estabilidade provisória que ingressaram com ações judiciais de sétima e oitava horas, a fim de receber pelas horas extras realizadas.

O banco fez uma interpretação distorcida das sentenças e retirou a gratificação de função destes bancários, o que configura prática antissindical, um ataque ao direito de buscar a Justiça, além de desrespeito à Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e também às convenções internacionais. Diante do corte arbitrário, bancários atingidos pela medida entraram na Justiça e conquistaram liminares e sentenças, em primeira instância, determinando a retomada do pagamento da gratificação de função, sob pena de multa diária em caso de descumprimento. Entretanto, o Santander tem protelado o devido pagamento.

A luta do movimento sindical foi constante para rever as demissões dos trabalhadores. **Em junho, o Sindicato cancelou a demissão de uma trabalhadora do Santander que se afastou pelo INSS e retornou para o banco sem as orientações devidas.** A trabalhadora desenvolveu doenças de ordem psicossociais relacionadas ao trabalho e precisou se afastar do banco em outubro de 2020, e o banco a demitiu. O Sindicato entrou em contato com o Santander, que reconheceu o erro, e cancelou a demissão.



Em novembro, o Sindicato conquistou a reintegração de uma bancária do Santander, que atuava no Radar, que havia sido demitida em setembro, por telefone, mesmo estando grávida. Após atuação do Sindicato, a bancária retornou às suas atividades. Segundo o artigo 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição (ADCT), uma gestante não pode ser demitida já a partir do momento em que a gravidez está confirmada até cinco meses após o parto. Como a bancária é do grupo de risco para a Covid-19, por estar gestante, não pôde retornar para o trabalho presencial, portanto, ficou à disposição do banco para o regime de home office.

Atendendo à reivindicação do movimento sindical, o Santander informou que o uso do WhatsApp Business para conversas com clientes não será mais permitido, e que para se comunicar com clientes, os trabalhadores deverão usar os canais institucionais do banco. O Santander também se comprometeu a orientar os bancários nessa transição, principalmente entre a última semana de agosto e primeira semana de setembro. A direção do banco comprometeu-se ainda a orientar permanentemente os funcionários sobre uso, acesso e principalmente compartilhamento de dados, visando a segurança de trabalhadores e clientes.



Após mobilização dos trabalhadores, o Santander enviou nota ao Sindicato afirmando que o relatório do consultor Victor Candido, enviado a clientes e operadores financeiros do banco, não reflete a opinião da instituição. No relatório, Victor Cândido defende um golpe para evitar o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. Na nota enviada ao Sindicato, endereçada à presidenta da entidade, Ivone Silva, e à diretora executiva do Sindicato e funcionária do Santander Rita Berlofa, o banco afirma que o relatório foi enviado a “um grupo pequeno e específico de clientes”, e que “não foi escrito por nenhum economista nem funcionário” do Santander. Diz ainda se tratar de “uma análise de um consultor externo e independente, que não reflete em absoluto a opinião do Santander”. A resposta do Santander veio após o Sindicato cobrar explicações sobre o ocorrido. O caso, divulgado pelo site Ctxt, teve grande repercussão na mídia e nas redes sociais, com internautas criticando o banco com a #SantanderGolpista.

Durante todo o ano, o Sindicato realizou diversos protestos contra a terceirização da área de tecnologia do banco a partir da transferência dos trabalhadores para a FIRST, nova empresa do grupo econômico Santander, que receberá os funcionários da STI, a partir de janeiro de 2022. Os dirigentes participaram de diversas atividades

FIRST
= **O MESMO**
TRABALHO
COM
MENOS —
— DIREITOS

no GD1 e GD2 (prédios do Geração Digital Santander) para conversar com os trabalhadores e alertar sobre a precarização de seus empregos e o ataque a seus direitos. Os dirigentes também dialogaram com os trabalhadores sobre a luta do Sindicato para que todos da área de tecnologia, da STI e First, sejam considerados bancários, usufruindo da Convenção Coletiva de Trabalho e da força de negociação nacional da categoria. O Sindicato realizou campanha de sindicalização, de 3 a 5 de novembro, no Geração Digital 1 (GD 1), e nos dias 8 e 9 novembro, no Geração Digital 2 (GD 2). Em novembro, bancários de todo o país deflagraram o Dia Nacional de Luta, com manifestações em frente a agências e centros administrativos do Santander contra o avanço da terceirização promovido pelo banco espanhol, que tem aberto empresas para realocar bancários dentro de seu próprio conglomerado. Em São Paulo, o Sindicato paralisou o prédio da Geração Digital, onde foram alocados os trabalhadores da FIRST, que atuam na área de tecnologia da informação. O resultado da assembleia virtual realizada pelo Sindicato, em dezembro, deixou claro que os bancários do Santander não querem ser terceirizados. A assembleia foi convocada para que os trabalhadores se manifestassem sobre a manobra do banco de transferir e terceirizar os trabalhadores da área de tecnologia e demais áreas afins para a FIRST, SX Negócios ou demais empresas do grupo Santander, a partir de janeiro de 2022, e 98,58% dos participantes responderam que querem continuar sendo da categoria bancária. No mesmo dia da assembleia, o Sindicato também realizou uma consulta entre os terceirizados do Santander e 100% deles responderam que querem ser bancários e que querem ser representados pelo Sindicato dos Bancários, porque reconhecem a história de lutas e vitórias da categoria.

Após pressão, o Santander informou o cancelamento definitivo da sua festa de fim de ano (Encontro Anual). O anúncio foi feito por meio de comunicado. Originalmente o Encontro Anual seria realizado presencialmente, no estádio do Corinthians.

Em setembro, o Santander informou ao Sindicato que as caravanas de gerentes PF e PJ para vendas de maquinetas Getnet permaneciam suspensas durante a pandemia. O compromisso de manter a suspensão das vendas foi reafirmado, após a entidade entrar em contato





Getnet
by Santander

com o banco após denúncias de funcionários apontando que a rede SP Capital estava convocando uma ação, nos dias 1º, 2 e 3 de setembro, para oferta das máquinas de débito e crédito, por meio de visitas presenciais aos clientes. O banco orientou que as visitas ocorram de forma pontual, respeitando todos os protocolos de segurança.

Por ocasião do Outubro Rosa, o Santander isentou, durante aquele mês, a cobrança de coparticipação no plano de saúde das suas funcionárias para os exames de ultrassonografia de mamas, mamografia, papanicolau, colposcopia e ultrassonografia transvaginal. Essa é uma reivindicação permanente do movimento sindical, além da redução dos custos do plano de saúde; do estabelecimento de um teto nas cobranças dos procedimentos médicos, especialmente da coparticipação.



1º DE MAIO

Pelo segundo ano consecutivo, devido à pandemia, o ato pelo Dia Mundial do Trabalhador (1º de Maio) foi virtual, transmitido pelas redes sociais das centrais sindicais e pela TVT (TV dos Trabalhadores). O ato unificado reuniu a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e todas as demais centrais sindicais (CGTB, CSB, CTB, Força Sindical, UGT, NCST, Pública, Intersindical). Com o tema “Democracia, Emprego, Vacina para todos”, o 1º de Maio foi em defesa e respeito à vida; pagamento de auxílio emergencial no valor de R\$ 600 até o fim da pandemia; vacinação em massa para toda a população; geração de emprego e renda; defesa das empresas públicas e luta contra a reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro.

FINANCIÁRIOS

Os financiários fecharam acordo de dois anos que mantém todos os direitos previstos na CCT da categoria. Em 2021 houve o reajuste nos salários, inclusive os de ingresso, e demais verbas de natureza econômica pelo INPC integral de 8,90% (acumulado entre 1º de junho de 2020 a 31 de maio de 2021). A regra da Participação dos Lucros e Resultados (PLR) ficou mantida em 2020, com reajuste integral do INPC (acumulado entre 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020) sobre os valores fixos e tetos da PLR. Para 2021, ficou acordada a criação de um grupo de trabalho, até novembro de 2020, para discutir eventuais alterações no modelo atual de PLR.



IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Durante todo o ano, o Sindicato denunciou casos de racismo, homofobia, violência contra a mulher e todo tipo de discriminação, reforçando a importância da luta por igualdade de oportunidades.

Em janeiro, o Sindicato promoveu mais um debate no Fórum Social Mundial 2021. Desta vez, os temas abordados foram a violência contra a mulher e o racismo, com a apresentação do programa *Basta, Não Irão nos Calar!*, canal de atendimento e acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e casos de racismo. No mês de junho, em virtude do dia mundial do orgulho LGBTQIA+, além dos atendimentos já realizados com as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, negras e negros em situação de discriminação racial, o novo módulo do programa começou a atender pessoas LGBTQIA+ em situação de discriminação motivado pela orientação sexual ou

identidade de gênero, e também para orientações relacionadas a direitos.

Em 2021, o Sindicato também apoiou a campanha realizada pelo Instituto Marielle Franco, Justiça Global, Terra de Direitos e Criola, que pedia a investigação e proteção a três parlamentares negras e trans que sofreram grave violência política. Duas delas sofreram atentados à vida, quando tiros foram disparados contra as suas casas. A terceira foi ameaçada em seu próprio gabinete. Os ataques ocorreram justamente na semana da visibilidade trans, celebrada em 29 de janeiro.

A cidade de São Paulo voltou a ter um instrumento de garantia de direitos e de formulação de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros com a eleição da nova



gestão do Conselho Municipal LGBT, que ocorreu no dia 1º de fevereiro. Entre os eleitos está o empregado da Caixa e dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo André Sardão, que vai ocupar a cadeira destinada aos homens bissexuais no colegiado. Depois de quatro anos de inatividade absoluta na gestão do ex-prefeito João Doria (PSDB) e de seu sucessor Bruno Covas (PSDB), o órgão retomou suas atividades para fiscalizar o cumprimento de políticas para a diversidade e a formulação de novas pautas. O Sindicato também participa do Conselho de Políticas Públicas para Mulheres - órgão composto pelo poder público da Prefeitura de São Paulo e representantes da sociedade civil. A bancária Adriana de Oliveira Magalhães, representando também a CUT (Central Única dos Trabalhadores), compõe o Conselho que tem o papel de fiscalizar as políticas públicas e de denunciar os atendimentos precários na cidade de São Paulo.

Por conta da pandemia, o 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, foi diferente. Com o tema “Mulheres em Defesa da Vida”, as mulheres de diversas categorias discutiram, de forma virtual, pautas importantes e que as afetaram diretamente com a pandemia. Durante o mês, o Sindicato promoveu uma série de ações para destacar a luta das mulheres por igualdade, respeito, diversidade, fim da violência e do racismo, entre outras pautas.



O Sindicato, por meio do Coletivo de Gênero, lançou no mês de março, a campanha *Dignidade Menstrual é um Direito*, com os objetivos de arrecadar absorventes para as mulheres em situação de vulnerabilidade, alertar sobre a situação da pobreza menstrual existente no Brasil e pressionar os governos a desenvolverem políticas públicas que possam atender essa parcela da população. A *Campanha Bancário Solidário* também doou 400 pacotes de absorventes, além de alimentos para as tribos das terras indígenas Tapemirim e Tenodé Porã, localizadas na região da Barragem, comunidade do extremo-sul da capital paulista.

Em parceria com a CUT-SP, foram realizadas diversas atividades para refletir o Novembro Negro, com intervenções culturais e atos por todo o estado de São Paulo. Em 2021, por conta dos casos de Covid-19, parte das ações ocorreu virtualmente.

No Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, em novembro, foi realizado um evento organizado pela Rede UNI Mulheres Brasil para debater a ratificação da convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A importância do Brasil ratificar essa convenção foi o tema central do encontro, realizado em São Paulo, no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviço de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana (Siemaco). O Sindicato participou do evento e integrou os 21 Dias de Ativismo. A Convenção 190 reconheceu que a violência e o assédio no mundo do trabalho levam à violação ou abuso dos direitos humanos e são ameaça à igualdade de oportunidades e, por isso, são incompatíveis com o trabalho decente.



TRAVESSIA

A entidade dos trabalhadores, como um Sindicato Cidadão, tem o compromisso com toda a sociedade. E criou, em 1995, a Fundação Projeto Travessia que se dedica a lutar pela garantia dos direitos protetivos da criança e do adolescente em situação de rua e em situação de risco no centro de São Paulo, endereço de sua sede e região onde se encontram muitos jovens nessa condição. Ao longo de seus 25 anos realizou mais de 30 projetos e, desde abril de 2019, a Fundação desenvolveu o “Projeto LUME Centro - Educação Sócio Protetiva na Rua”, em convênio com a SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/FUMCAD - Fundo Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente. O objetivo do Projeto foi contribuir, via atendimento direto, para a saída das ruas, de crianças e adolescentes que estivessem nessa condição, prioritariamente no centro de São Paulo. O Projeto foi desenvolvido em parceria com outras instituições, por equipe capacitada de educadores sociais, visando reconstruir e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Em 2021, um novo projeto foi iniciado, o Caminhos Para a Autonomia, que atuou diretamente com jovens de Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, buscando prepará-los para o momento de desacolhimento que ocorre quando atingem a maioridade.

COMITÊ BETINHO

O Comitê Betinho, parceiro do Sindicato que leva adiante o legado da *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*, do sociólogo Herbert de Souza, realizou diversas campanhas, em 2021, para arrecadar recursos para a compra de mantimentos e produtos de higiene e limpeza. Além da distribuição de cestas básicas à população, esteve em parceria com a Rede Rua na campanha *Bancário Solidário*, com a doação de toneladas de alimentos entregues para a Rede Rua, responsável pelo preparo das refeições para pessoas em situação de rua na Quadra dos Bancários.



BANCREDI

A parceria com a cooperativa de crédito (Bancredi) a cada ano consolida seu sucesso. Somente em 2021, a cooperativa recebeu 2.468 pedidos de empréstimos, que totalizaram R\$ 8,2 milhões aos bancários. O empreendimento reúne 4.196 cooperados, que encontram na entidade formas de buscar soluções mais humanas para pagamentos, despesas mensais ou investimentos.

SINDICATO CIDADÃO

Foram inúmeras paralisações e atos durante o ano contra as reformas que ameaçavam retirar os direitos dos trabalhadores. Em 2021, o Sindicato esteve mobilizado na luta de toda a sociedade brasileira pelo fortalecimento da democracia e o desenvolvimento do país.

A mobilização da categoria foi fundamental contra a MP 1.045 - editada pelo governo federal em abril e que institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, autorizando a suspensão de contratos e redução da jornada de trabalho, com redução salarial, como forma de tentar ajudar empresas na pandemia. A MP foi rejeitada pelo Senado por 47 votos favoráveis a 27 votos contrários. Além de criar modelos de contratação precarizados, nos quais trabalhadores não teriam quase nenhum direito, o projeto atacava a jornada dos bancários ao prever a possibilidade de aumento da jornada para oito horas, por meio de acordo coletivo ou individual, reduzindo para 20% o adicional das duas horas extras que passariam a compor a jornada normal.

Os bancários também se mobilizaram contra a reforma Administrativa do governo (PEC 32), que ataca o funcionalismo e os serviços públicos. A PEC 32 – maior ataque do governo Jair Bolsonaro aos serviços e aos servidores públicos – sofreu diversas derrotas em 2021 e não entrou



na pauta da Câmara dos Deputados.

A ação dos bancários foi decisiva contra o Projeto de Lei (PL), de número 2.995/20, que previa retirar da Caixa a condição de Agente Operador do FGTS. A justificativa feita pelo deputado é que a concorrência traria aos cotistas do Fundo melhores condições, com menores tarifas e maior rentabilidade.

Durante o ano, o PL 1043/2019, que previa a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos, voltou a tramitar no Congresso Nacional. Antes do PL 1043, outros projetos de lei também tentaram permitir o funcionamento dos bancos aos finais de semana. Foi o caso do PLS 203/2017 e também das medidas provisórias do governo Bolsonaro: a MP 881/2019 e a MP 905/2019. Mas todos sofreram grande pressão da categoria e foram derrubados.

Os bancários também se mobilizaram contra a

privatização de empresas públicas, como Eletrobras e Correios, durante todo o ano. A suspensão da votação do PDL 342 no Senado, que susta os efeitos da CGPAR 23, escancarou mais uma vez o que o movimento sindical denuncia há tempos: a real intenção da CGPAR 23 é tornar as estatais mais atrativas para a privatização, cortando custos por meio do corte de direitos dos seus trabalhadores, inclusive o direito à saúde. A suspensão da CGPAR 23 beneficia os bancários da Caixa, usuários do Saúde Caixa, e do Banco do Brasil, que têm a Cassi.

Em setembro, a MP 1045, conhecida como a Reforma Trabalhista de Bolsonaro e Paulo Guedes, foi rejeitada pelo Senado por 47 votos favoráveis a 27 votos contrários. Além de criar modelos de contratação precarizados, nos quais trabalhadores não teriam quase nenhum





direito, o projeto atacava a jornada dos bancários ao prever a possibilidade de aumento da jornada para oito horas, por meio de acordo coletivo ou individual, reduzindo para 20% o adicional das duas horas extras que passariam a compor a jornada normal. A derrota da MP 1045 foi uma grande vitória dos trabalhadores e trabalhadoras, que estiveram mobilizados para derrotá-lo desde que o projeto chegou na Câmara dos Deputados, onde recebeu dezenas de 'jabutis' com a intenção de precarizar ainda mais as relações de trabalho. A luta contra a MP 1045 foi uma das pautas do Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público e dos Direitos dos Trabalhadores, realizado em 18 de agosto, que contou com a participação dos bancários. O Sindicato também organizou um tuitaço com a hashtag #MP1045Não.



INTERNACIONAL

Destaque para a atuação do Sindicato no Fórum Social Mundial e nas reuniões da UNI Global Union, UNI Finanças Mundial, UNI Américas, UNI Américas Finanças, UNI jovens e UNI Mulheres, em 2021.

Em janeiro, o Sindicato e a Fenae participaram do Fórum Social Mundial com mesas que discutiram temas do mundo do trabalho e do setor bancário brasileiro. O Fórum Social Mundial, em sua 20ª edição, foi realizado pela primeira vez de forma on-line, e o Sindicato participou com os temas: teletrabalho e a aceleração das transformações tecnológicas nos bancos; a defesa da Caixa e do Banco do Brasil frente aos ataques neoliberais do governo Bolsonaro e o Projeto Basta! Não irão nos calar.

No mês de fevereiro, o Sindicato, com apoio da UNI Global Union, enviou carta à Comissão Europeia (instituição que aplica as decisões do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia) denunciando os desrespeitos cometidos pelo banco espanhol Santander contra os trabalhadores brasileiros e contra a negociação coletiva. O documento foi a contribuição da entidade a uma consulta sobre governança corporativa sustentável de empresas europeias. Com esta consulta, a Comissão Europeia pretende tornar obrigatória, em qualquer transação de compra ou venda de ativos de uma empresa, a chamada due diligence: uma auditoria meticulosa da gestão financeira, contábil e fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental, jurídica, imobiliária, de propriedade intelectual e da tecnologia dessa empresa, inclusive no âmbito dos direitos humanos.

Ainda no início do ano, lideranças sindicais de vários países discutiram, em conferência virtual, as diretrizes para nortear o teletrabalho, resguardando os direitos dos trabalhadores. Participaram quase 600 dirigentes sindicais de todos os continentes. O evento foi promovido pela UNI Global Union, sindicato global com sede em Nyon (Suíça),



que representa mais de 20 milhões de trabalhadores em todo o mundo e ao qual o Sindicato dos Bancários é filiado. Também participaram da realização do evento a UNI Finanças Mundial, braço da UNI responsável pelos trabalhadores do setor financeiro, e a ICTS (Information, Communications, Technology, and Services), setor da UNI voltado para os trabalhadores de Comunicação e TI. A diretora executiva do Sindicato e presidenta da UNI Finanças Mundial, Rita Berlofa, destacou os princípios que devem ser considerados em qualquer contrato de teletrabalho, entre eles: a liberdade de associação sindical e o respeito à negociação coletiva; direitos iguais para trabalhadores em home office e trabalhadores presenciais; respeito à jornada e garantia do direito à desconexão (que o trabalhador possa ficar off fora de sua jornada); e que os empregadores permaneçam responsáveis pela saúde, segurança

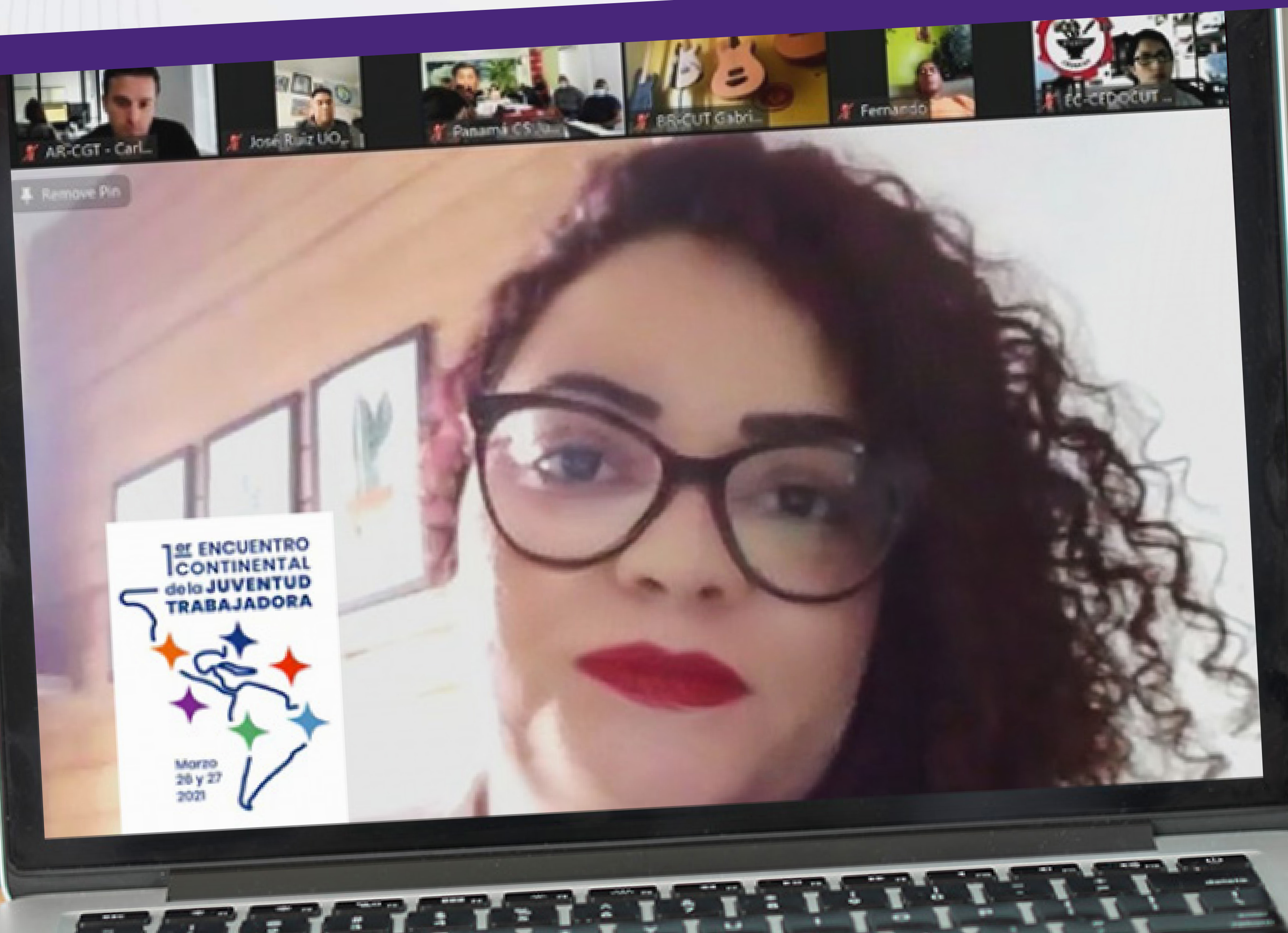
e fornecimento dos equipamentos necessários.

Em março, a secretária-geral do Sindicato, que também é vice-presidenta da UNI Américas Mulheres, Neiva Ribeiro, participou do 2º UNI World Women's Presidium, encontro que reuniu as presidentas e vice-presidentas do Comitê de Mulheres da UNI de todas as regiões onde estão presentes organizações: Américas, Europa, África, Ásia e Pacífico. O objetivo do encontro foi debater o plano anual de trabalho e o balanço de ações. No informe sobre as ações desenvolvidas no Brasil, Neiva Ribeiro destacou a luta das mulheres brasileiras pela vacina para todos e todas; a urgência do auxílio emergencial para as famílias desempregadas; e pelo Fora, Bolsonaro, um governo que representa o desmonte dos bancos públicos e demais empresas públicas, a irresponsabilidade no enfrentamento da crise do Covid-19.



Jovens dirigentes sindicais de diversos sindicatos brasileiros que atuam na UNI Américas reuniram-se virtualmente, no mês de março, para organizar a pauta de trabalho para 2021 e, a reunião definiu as propostas e os temas a serem abordados ao longo do ano. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19 está afetando os jovens – especialmente as mulheres – com mais força e rapidez do que qualquer outro grupo. Em todo mundo, mais de 1 em cada 6 jovens deixou de trabalhar desde o início da pandemia. Com isso, globalmente, o número de jovens desempregados chega a 67,9 milhões. A UNI tem fortalecido a participação da juventude em todos os seus fóruns, pois entende que a juventude tem muito a agregar na luta sindical.

A CSA (Confederação Sindical das Américas) promoveu, nos dias 26 e 27 de março, o encontro continental da juventude trabalhadora das Américas. O evento online teve como lema “O presente que mobiliza o futuro” e contou com mais de 350 jovens sindicalistas de 26 países, que debateram desafios e propostas para a luta sindical nas Américas. Também participaram movimentos sociais; representantes de sindicatos globais como a Uni Américas; e lideranças políticas como a ex-presidenta do Brasil Dilma Roussef e do ex-presidente do Uruguai Pepe Mujica.




Em abril, aconteceu a reunião do Comitê Mundial da UNI Mulheres, braço da UNI Global Union. Durante o encontro, a secretária-geral do Sindicato e vice-presidenta da UNI Americas Mulheres, Neiva Ribeiro, encaminhou documento para a Comissão denunciando o desmonte dos direitos dos trabalhadores e do Estado brasileiro desde 2016 e a forma como suas consequências, em meio à pandemia de coronavírus, estão afetando sobretudo as mulheres e a parcela mais pobre e vulnerável da população. Além dos informes sobre a pandemia de Covid-19 e os impactos sobre as mulheres trabalhadoras nas regiões: América e Caribe, Europa, Ásia e Pacífico; e dos setores de serviços; o encontro atualizou as informações sobre o processo de implementação da Convenção 190 da OIT (ratificada por Uruguai, Argentina, Namíbia, Fiji e Somália) e da Recomendação 206, assim como as dificuldades para a ratificação em diversos países, entre eles o Brasil. Essas convenções tratam da prevenção de violência de gênero no local de trabalho.



No mês de maio, o Sindicato enviou carta à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e à Organização das Nações Unidas (ONU) contra a violência e a violação dos direitos na Colômbia. No texto, o movimento sindical expressa solidariedade aos trabalhadores colombianos, que lutam por melhores condições de vida e enfrentam a violência policial nas ruas, mortes e perseguição política: “A impunidade pelas violações dos direitos humanos e os crimes promovidos pelo Estado Colombiano como resposta às manifestações pacíficas não podem se justificar”. Durante o ano, após conflito na Colômbia, a UNI Américas, junto com sindicatos filiados e a ONG Tu Mueves Colombia, também lançou a campanha #MilMinutos, em solidariedade às mais de mil vítimas - entre lideranças sindicais, políticas e de movimentos sociais - assassinadas desde a assinatura do Acordo de Paz na Colômbia, em novembro de 2016. Além de ações nas redes sociais, a campanha também pede intervenção de organismos internacionais, entre eles a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo fim da violência naquele país. Entre novembro de 2016 e dezembro de 2020, 1.091 lideranças políticas e sociais foram mortas, 695 delas somente no governo de Ivan Dúque, presidente colombiano desde agosto de 2018.



**#MIL
MINUTOS**

A portrait of Lucimara Malaquias, a woman with long, curly brown hair, wearing a pink top. She is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a plain, light-colored wall.

Lucimara Malaquias

Presidenta de Juventud UNI Américas

PARCHEMOS
POR LOS DERECHOS

Após ser eleita para a presidência na UNI Américas para representar a juventude trabalhadora do continente americano, em dezembro de 2020, a bancária do Santander e dirigente sindical de São Paulo, Lucimara Malaquias, representou o Sindicato no Fórum Mundial de Juventude. Dos cerca de 50 milhões de jovens brasileiros com idade de 15 a 29 anos, cerca de metade estava desempregada em 2021. Neste cenário preocupante e desafiador, 532 pessoas de 72 países e 162 sindicatos filiados à UNI Global Union participaram do evento, realizado virtualmente no mês de junho. Foi aprovado um plano de lutas para os próximos quatro anos e os comitês regionais deverão debater novas propostas e estratégias.

No Dia Mundial da Democracia, em setembro, foi realizado um webinar da UNI Finanças Mundial - que representa cerca de 3 milhões de trabalhadores do setor financeiro, em 237 sindicatos por todo o mundo, incluindo o Sindicato dos Bancários, e braço da UNI Global Union, que representa mais de 20 milhões trabalhadores - no qual foi lançada uma campanha de solidariedade ao povo de Mianmar, país que sofreu um golpe militar em fevereiro de 2021 e teve destituído pela força um governo democraticamente eleito. Durante o evento - que contou com a participação de Christy Hoffman, secretária-geral da UNI Global Union; Sharan Burrow, secretária-geral da CSI (Confederação Sindical Internacional); Rita Berlofa, diretora executiva do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e presidenta da UNI Finanças Mundial; entre outras lideranças - foi denunciado que instituições financeiras internacionais, entre elas o Santander, investem em empresas ligadas ao regime militar de Mianmar.



DESEMPENHO SOCIAL

1. Assessoria jurídica

O ano de 2021 foi de luta na esfera jurídica para o Sindicato. Nesse período, a entidade orientou diversas ações em defesa dos trabalhadores que se sentiram lesados pelos empregadores, inclusive terceirizados.

O departamento jurídico recebeu em 2021, via central de atendimento, cerca de três mil solicitações de trabalhadores (3077) solicitações para atendimento cível, trabalhista, previdenciário, violência contra mulher e abertura de procedimentos de CCV/CCP, este último pedidos extrajudiciais na busca por solução de conflitos decorrentes do contrato de trabalho. Destes atendimentos, muitas orientações e consultas foram dadas e, em outras situações, houve ingresso de ações judiciais.

Sobre pedidos e acordos de CCV e CCP:

CCV-Itaú Unibanco - foram 785 acordos, no valor de R\$ 45.964.271,75.

CCV- Caixa - auxílio alimentação após aposentadoria - 58 acordos, no valor de R\$ 6.789.257,19.

CCV- Caixa - Reflexos sobre auxílio alimentação - 10 acordos, no valor de R\$ 65.362,94.

CCP- BB - 10 acordos no valor de R\$ 1.524.177,38

Destques durante o ano de 2021:

Em fevereiro, a luta contra a reestruturação anunciada pela direção do Banco do Brasil também foi feita na Justiça. O Sindicato ajuizou quatro ações coletivas na Justiça do Trabalho de São Paulo para resguardar direitos dos bancários atingidos pela medida. A reestruturação no BB previa: demissão de cerca de 5 mil trabalhadores por meio de PDV; um PAQ (Programa de Adequação de



Cargos) que determina descomissionamentos (de assistentes, gerentes, analistas) e o fim da gratificação de caixa; e o fechamento de cerca de 300 agências no país. As ações ajuizadas pelo Sindicato foram: Ação que pede a concessão da VCP (vantagem prevista em normativo do banco) por 120 dias para os que deixaram de receber a gratificação de caixa, em vista da reestruturação; Ação pedindo a incorporação da gratificação de caixa, para quem recebia a verba por mais de 10 anos, por ocasião da reforma trabalhista; Ação pedindo a incorporação da gratificação de função (comissionados) para quem recebia a verba por mais de 10 anos, por ocasião da reforma trabalhista; Ação pedindo a vedação de fechamento de agências e remoção compulsória dos trabalhadores.

Em março, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) suspendeu, a pedido do Banco do Brasil, a liminar que impedia que o BB fechasse agências, unidades e postos de atendimento e transferisse funcionários de postos de trabalho de forma compulsória na cidade de São Paulo. O parecer favorável à ação (e contra a reestruturação), impetrada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região havia sido dado em 1º de março e estabelecia uma multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento da decisão pelo Banco do Brasil. A suspensão da liminar foi concedida pela desembargadora do Trabalho Sonia Maria Lacerda. Em sua decisão, a magistrada sustentou que “os atos impugnados se tratam de reestruturação organizacional, sem aparência de desvio ou abuso de poder, e, seguidos da criação de planos de readequação de quadros e de incentivos a demissões voluntárias” e “que as questões trazidas estão relacionadas a atos de gestão pública da instituição, que possui essa liberdade para atuar administrativamente, segundo critérios de conveniência, oportunidade e justiça, para atingir os interesses da coletividade, nos quais estão inseridos os próprios trabalhadores”.

O movimento sindical bancário conseguiu uma importante vitória na Justiça contra uma das medidas previstas na reestruturação do Banco do Brasil, anunciada em janeiro. Em resposta a uma ação movida pela Contraf-CUT, a Justiça do Trabalho em Brasília concedeu liminar proibindo o banco de retirar a gratificação de função dos caixas, até que o mérito da ação seja julgado. Determinou, ainda, a incorporação



da gratificação de função para aquelas que a exerceram há mais de 10 anos. A decisão teve validade para todo o Brasil.

Em junho, o Sindicato ingressou com ação na 57ª Vara da Justiça do Trabalho para cobrar da Caixa o pagamento correto da PLR Social. A direção do banco público distribuiu aos seus empregados apenas 3% do lucro líquido contábil do banco relativo a 2020, ao invés de 4%, como determina o Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre os representantes do banco e dos trabalhadores. O Sindicato também entrou com ação na Justiça contra os descontos que a direção da Caixa Econômica Federal efetuou nos salários dos bancários que aderiram à paralisação do dia 27 de abril.

Em ação movida pelo Sindicato, em razão das demissões promovidas

pelo Itaú durante a greve de 2016, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo) determinou a reintegração dos trabalhadores dispensados pelo banco na paralisação daquele ano, ocorrida entre 6 de setembro e 6 de outubro. A reconstrução deve ser feita em trinta dias, contados do trânsito em julgado, sob pena de multa diária de R\$ 1.000 por trabalhador, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além de reintegrar os demitidos, a 6ª Turma do TRT condenou o Itaú a indenizar cada um deles no valor de R\$ 10 mil, e a pagar R\$ 100 mil por dano moral coletivo, a ser revertido ao FAT. O Itaú ainda pode recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e, em tese, ao Supremo Tribunal Federal (STF). As reconstruções, a indenização e a multa só serão efetivadas após esgotados todos os recursos, e se a Justiça mantiver a decisão do TRT nas instâncias superiores.



O Sindicato conquistou uma importante vitória na Justiça em favor dos bancários do Santander e na defesa do direito de greve dos trabalhadores. O TST (Tribunal Superior do Trabalho) manteve a improcedência de interdito proibitório datado de 2014. Na ação, o banco buscava considerar ilegal o movimento grevista dos bancários mantido no período entre 30 de setembro de 2014 e 6 de outubro do mesmo ano.

Em ação judicial movida pelo Sindicato, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a decisão de instâncias inferiores, favorável à entidade e aos trabalhadores, que condenou o Banco do Brasil a pagar horas extras (7ª e 8ª horas), que ocupavam o cargo de Assessor Junior de TI da Geneg, entre 11 de novembro de 2006 até a mudança no setor, em 2015. A sentença abrange os bancários da Geneg lotados na base do Sindicato – que engloba São Paulo e outros 15 municípios da sua região metropolitana. Embora o banco possa recorrer, a hipótese de reversão da decisão é remota. A Justiça trabalhista entendeu que os funcionários que ocupam esta função não exercem cargo de confiança e, portanto, devem receber as sétima e oitava horas trabalhadas como extras. Isto porque a jornada de trabalho do bancário sem cargo comissionado (cargo de confiança) é de seis horas.

Em julho, em ação movida pelo Sindicato, o Santander foi condenado em R\$ 50 milhões por demissões durante a pandemia; por ataques aos participantes dos planos Cabesp e Banesprev; e perseguição aos dirigentes sindicais. A decisão é considerada inédita na história da Justiça do Trabalho de São Paulo. Na sentença, o magistrado ressaltou que o Santander declarou não possuir nenhum interesse em conciliação, mesmo após ter sido convidado para a primeira proposta conciliatória pela Justiça. A sentença também levou em consideração prática antissindical caracterizada pelo corte de 55% do salário de mais de 40 dirigentes sindicais, bancários, cipeiros e trabalhadores em estabilidade provisória que ingressaram com ações judiciais de sétima e oitava horas.

Em ação movida pelo Sindicato em razão das demissões promovidas pelo Itaú durante a greve de 2016, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo) determinou a reintegração dos trabalhadores dispensados pelo banco na paralisação daquele ano, ocorrida entre 6 de setembro e 6 de outubro. A reconstrução deve ser feita em trinta dias, contados do trânsito em julgado, sob pena de multa diária de



R\$ 1.000 por trabalhador, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além de reintegrar os demitidos, a 6ª Turma do TRT condenou o Itaú a indenizar cada um deles no valor de R\$ 10 mil, e a pagar R\$ 100.000 por dano moral coletivo, a ser revertido ao FAT.

Em agosto, em ação movida pelo Sindicato, a Justiça garantiu o pagamento da Vantagem em Caráter Pessoal (VCP) por 120 dias, incluindo reflexos salariais, aos caixas executivos que perderam a função em decorrência da última reestruturação promovida pelo Banco do Brasil. As parcelas já vencidas serão pagas em única oportunidade. A ação abrange todos os caixas executivos da base do Sindicato – que engloba a cidade de São Paulo e outros 15 municípios da sua região metropolitana – que perderam a comissão na mais recente reestruturação promovida a partir de janeiro de 2021. Foi

deferida a tutela de urgência (cumprimento imediato da decisão) para que o banco efetue o pagamento em 15 dias, sob pena de multa de R\$ 100 mil, a serem revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A decisão é em primeira instância e o banco ainda pode recorrer.

Em ação movida pelo Sindicato, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a decisão de instâncias inferiores, favorável à entidade e aos trabalhadores, que condenou o Banco do Brasil a pagar horas extras (7ª e 8ª horas) para o cargo de Analista B no Centro de Suporte Operacional (CSO), durante o período de janeiro de 2011 a janeiro de 2013. A Justiça trabalhista entendeu que os funcionários que ocupam esta função não exercem cargo de confiança e, portanto, devem receber as sétima e oitava horas trabalhadas como extras. Isto porque a jornada de trabalho do bancário sem cargo comissionado (cargo de confiança) é de seis horas.

Em setembro, o Sindicato conquistou uma importante



vitória na Justiça em favor dos bancários do Santander e na defesa do direito de greve dos trabalhadores. O TST (Tribunal Superior do Trabalho) manteve a improcedência de interdito proibitório datado de 2014. Na ação, o banco buscava considerar ilegal o movimento grevista dos bancários mantido no período entre 30 de setembro de 2014 e 6 de outubro do mesmo ano. O interdito proibitório é um instrumento jurídico previsto no artigo 567 do atual Código do Processo Civil brasileiro, de 2015, mas está presente na legislação civil do país desde 1973, quando o país vivia sob a ditadura militar. Na época, foi criado com o objetivo de evitar a ocupação de áreas rurais. Consiste em ação jurídica relacionada a situações nas quais o direito de posse ou de propriedade está sendo ameaçado. Porém, tal instrumento é utilizado em larga escala no âmbito da Justiça do Trabalho por empresas que buscam evitar os mais diferentes tipos de ações sindicais, o que configura prática antissindical.

Em outubro, o Sindicato conquistou uma importante vitória na Justiça, em primeira instância, contra o termo individual imposto pelo Santander aos bancários para compensação do trabalho aos finais de semana e feriados. O juiz Fábio Moterani, da 74ª Vara do Trabalho de São Paulo, determinou a ilegitimidade deste termo para compensação do trabalho aos finais de semana e feriados, multa em razão de descumprimento e pagamento das horas extras referentes ao trabalho nos feriados antecipados em São Paulo. A sentença é válida apenas para a capital paulista, sem repercussão nacional. O termo individual para compensação do trabalho aos finais de semana e feriados foi imposto aos trabalhadores do Santander em março deste ano, com assinatura eletrônica pelo bancário, sem qualquer negociação ou anuência da representação dos trabalhadores. O documento prevê que o trabalho nestas datas dever ser obrigatoriamente compensado com folga, e não mais pago como horas extras, com o devido adicional, como determina a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e a própria Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Na sua sentença, o juiz Fábio Moterani declarou “ilegítimo termo aditivo de banco de horas contrário ao Acordo Coletivo, que vise a compensação de jornada cumprida em dias de feriados, conferindo à reclamada [Santander] obrigação de fazer negativa consistente em sua abstenção na promoção de compensação pelo labor”.



2. Comunicação

O Sindicato continua disponibilizando aos trabalhadores diversos meios de comunicação. Em abril de 2021, o site do Sindicato dos Bancários foi renovado e ficou mais dinâmico, ágil e com layout mais moderno. O novo formato também proporcionou uma navegação mais agradável pelo celular, que é por onde a grande maioria dos usuários o acessam.

Em um cenário de isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, as redes sociais tiveram um papel central para a mobilização dos trabalhadores. Foram feitas uma série de mobilizações virtuais,

principalmente tuitaços durante todo o ano. As redes sociais ganharam força. A fanpage do Sindicato no Facebook fechou o ano de 2021 com 52,8 mil seguidores. Tivemos um alcance de 783 mil pessoas únicas no Facebook ao longo de 2021. Além do alcance das publicações, cresceu também a interação dos trabalhadores com a mídia social do Sindicato. Nosso engajamento somou quase 800 mil interações. No Twitter, contamos com 23,3 mil seguidores. Já no Instagram são 16,4 mil seguidores. Também criamos uma página no LinkedIn, que já soma quase mil seguidores.



52.000
SEGUIDORES



23.400
SEGUIDORES



16.500
SEGUIDORES

O site da entidade teve 5,9 milhões de usuários em 2021, uma alta de 97% em relação ao ano anterior. Em número de acessos, foram 15,6 milhões de páginas visualizadas, alta de 113% em relação a 2020. Por conta da pandemia, e visando evitar a possibilidade de aumento



da disseminação do novo coronavírus, a Folha Bancária – o mais antigo veículo de informação da entidade – passou do formato impresso para o virtual, com sua veiculação sendo feita através do site do Sindicato, do WhatsApp, das redes sociais e de newsletters.

O Sindicato também manteve apoio à Rede Brasil Atual e a TV dos Trabalhadores, a TVT – e produz informação alternativa ao conteúdo da grande mídia. O Sindicato também manteve apoio à Rede Brasil Atual e também continuou como uma das mantenedoras da Fundação Sociedade de Comunicação Cultura e Trabalho que integra a TV dos Trabalhadores, a TVT – e a Rádio Brasil Atual, 98.9, que produzem informações alternativas ao conteúdo da grande mídia.

3. Cultura e cidadania

Tivemos de adaptar a programação cultural durante a pandemia, em 2021. Diversas atividades on-line foram realizadas: Em março foram escolhidas, por meio de enquete virtual, dez mulheres inspiradoras, dos mais diferentes segmentos da sociedade, que fizeram a diferença no ano de 2020. As escolhidas foram apresentadas e homenageadas pelo Sindicato no site e redes sociais do Sindicato durante o mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (8 de Março). O *Projeto Musica & Resistência* teve um papel importante no ano de 2021. A ideia tinha como objetivo um tributo aos artistas que utilizaram de sua voz e/ou letras pela democracia do país. Mas acabou indo além



quando abrigou músicos que devido a pandemia perderam sua fonte de renda e encontraram no projeto uma forma de trabalho, além de levar cultura para a casa das pessoas. Durante a seleção dos artistas, a Secretaria Cultural recebeu indicações, como também foi buscar artistas do carnaval, da noite de São Paulo e nas estações de metrô. O projeto teve grande repercussão nas redes sociais do Sindicato, passando a fazer parte da agenda Rede TVT.

No decorrer de 2021 a escola de Samba Vai Vai, uma das mais tradicionais do Brasil, procurou a Secretaria Cultural para firmar uma parceria com o Sindicato dos Bancários de SP. A entidade enfrentava problemas com seu espaço de ensaios devido a especulação imobiliária, construção do metrô e a vizinhança que reclamava da movimentação de pessoas. A quadra dos Bancários foi cedida

para que os ensaios acontecessem todos os domingos de setembro de 2021 até o carnaval de 2022. Esses encontros receberam dezenas de pessoas e personalidades importantes como o consulado de Israel e Gana. Trouxe movimentação financeira para a região e se transformou em um ponto de cultura e samba na cidade. Para a categoria bancária, a parceria se manteve com os descontos nos ensaios e fantasias para o desfile. A parceria também contribuiu para o *Bancário Solidário*, com arrecadação de alimentos em todos os ensaios.

Em 2021, a Secretaria Cultural manteve a elaboração de atividades lúdicas de rua e auxílio dos coletivos de banco e de outras secretarias na criação, execução e contratação de artistas para atividades de rua, com a realização de atividades lúdicas em agências e locais de trabalho, como forma de manifestação e protestos, nos bancos Bradesco, Banco do Brasil, Banco Carrefour, entre outros.

O Sindicato manteve o projeto *CineB* em parceria



com a Brazucah Produções, cuja proposta é levar cinema nacional, de forma gratuita, à população carente de São Paulo, Osasco e região. Em 14 anos de projeto, já percorreu 160 bairros da cidade de São Paulo e 22 cidades fora de São Paulo, democratizando o cinema brasileiro. Durante estes anos exibimos 151 longas-metragens e 100 curtas-metragens; além da realização de pré-estreias exclusivas. Através do CineB Solar, muitas pessoas pela primeira vez tiveram a experiência de assistir a um filme no cinema. Destaque em 2021 foi a exibição do longa-metragem Marighella na Ocupação Carolina Maria de Jesus, do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), no bairro Jardim Iguatemi, zona leste de São Paulo. A exibição de Marighella contou com a presença do ator e diretor do filme, Wagner Moura, e dos atores Henrique Vieira, Bella Camero, Humberto Carrão e Felipe Braga, além do coordenador nacional do MTST, Guilherme Boulos, e do idealizador do projeto CineB Solar e vice-presidente da CUT-SP, Luiz Cláudio Marcolino.



4. Faculdade 28 de Agosto e Centro de Formação Profissional

Fruto da experiência de quase 20 anos do Sindicato no seu Centro de Formação Profissional (CFP), é a primeira instituição de ensino superior gestada por uma entidade sindical. Em 2021 ofereceu cursos livres e de extensão, a maioria voltada para os trabalhadores do setor financeiro, como análise de crédito; CEA; crédito e cobrança (oferecemos também os cursos CPA-10 e 20). Em julho, foi realizado o curso de extensão “As transformações do sistema financeiro na Era Digital”, realizado em parceria entre o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Sindicato dos Bancários do ABC e a Faculdade 28 de Agosto. Durante a pandemia também ofereceu os cursos on-line de Paternidade Responsável e Inteligência Emocional, com bancários em todo o país.

5. Espaço Lélia Abramo

Durante a pandemia, o espaço ficou fechado.

6. Esporte e lazer

Em 2021, o Sindicato adaptou sua programação esportiva, inovando, e assim sendo, realizamos nossos primeiros campeonatos online com sucesso. E com muita participação da categoria. Em maio foi realizado o 5º Torneio de Pôquer dos Bancários. O torneio aconteceu no dia 1º de maio, data essa também para celebrar o dia do trabalhador. O torneio foi totalmente on-line, através do aplicativo PokerBros, e a parceria da Copag. Ainda em 2021, aconteceu o 4º Torneio Virtual de Futebol dos Bancários; aos sábados, entre os dias 22 e 29 de Maio. O FIFA 21 também aconteceu de forma on-line, Tivemos também o 6º Torneio de Pôquer dos Bancários e o Circuito de Xadrez On-line do Sindicato dos Bancários - Luiz Gushiken (homenageando umas das principais lideranças da categoria bancária e do movimento sindical brasileiro. O Circuito de Xadrez foi realizado em três etapas. O evento teve a parceria da NewClubeFox para ajudar na organização, e utilizada a plataforma Chess.com.



7. Saúde

Durante o ano, o Sindicato - em ofício assinado em conjunto com o Cerest (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), Cissor (Conselho Intersindical de Saúde e Seguridade Social de Osasco e Região), Metalúrgicos de Osasco e Região e Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) - se colocou à disposição dos municípios de sua base para contribuir na elaboração de políticas públicas de combate à pandemia de coronavírus.

Em setembro, após forte mobilização de trabalhadores, de usuários e do movimento sindical, representantes da Secretaria Municipal de Saúde asseguraram que o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) André Grabois (Sé), não sairá do prédio da rua Frederico Alvarenga. Apesar do desmonte, os CRSTs são fruto da luta e da organização da sociedade na construção da saúde pública e da saúde do trabalhador. Os representantes dos trabalhadores reivindicaram o fortalecimento dos CRSTs, por meio de uma série de medidas: registro mensal de doenças e agravos relacionados ao trabalho de notificação compulsória no Sinan; registro mensal de Consulta Médica em Saúde do Trabalhador pelo Cerest no SIA/SUS; registro mensal de Emissão de Parecer sobre Nexo Causal pelo Cerest no SIA/SUS; registro mensal de Inspeção Sanitária em Saúde do Trabalhador pelo Cerest no SIA/SUS e discussão de casos realizada com equipes de Atenção Primária à Saúde. Porém, em plena pandemia do novo coronavírus, o então prefeito Bruno Covas esvaziou a Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa), órgão responsável pela prevenção de epidemias, estudos, avaliações e ações de Vigilância Ambiental, Vigilância da Saúde do Trabalhador, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária da cidade de São Paulo.





8. Gestão financeira

Os investimentos na luta da categoria e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária só são possíveis devido à criteriosa e responsável gestão financeira da entidade. As questões passam por profunda análise e todas as ações contam com total transparência, por meio da divulgação dos balanços anuais e de prestação de contas, que passam por apreciação dos sindicalizados em assembleias.

Recuperação de Direitos dos Bancários

Tipos de Ações	Qtde. de Ações		Qtde. de Beneficiários		Valor das Ações em mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ações Coletivas	4	0	351	0	944.572	0,00
Ações Individuais	767	830	767	830	79.249.189	93.333.476
CCV/CCP Conciliações de Comissões Voluntárias e Prévias	863	447	863	447	54.343.069	28.214.857
Total Global	1.634	1.277	1.981	1.277	134.536.830	121.548.333



Agregando valor à comunidade

a) ¹Responsabilidades Sociais do Sindicato

Responsabilidades Sociais do Sindicato						
	2021			2020		
1. BASE DE CÁLCULO	R\$ mil			R\$ mil		
1.1 Receita Bruta – RB	77.952,83			83.845,97		
1.2 Superávit Operacional –SO	2.719,30			8.751,69		
1.3 Folha de Pagamento – FP	20.332,70			18.871,44		
2. INDICADORES LABORAIS	R\$ mil	%FP	%RB	R\$ mil	%FP	%RB
2.1.1 Alimentação	3.107,28	15,28	3,99	3.068,73	16,26	3,66
2.1.2 Encargos Sociais Compulsórios ²	3.620,77	17,81	4,64	3.371,86	17,87	4,02
2.1.3 Seguro de Vida	22,06	0,11	0,03	12,82	0,07	0,02
2.1.4 Convênio Médico e Odontológico	1.733,76	8,53	2,22	1.757,86	9,31	2,10
2.1.5 Complementação Auxílio-Doença	30,07	0,15	0,04	15,38	0,08	0,02
2.1.6 Auxílio-Creche	32,11	0,16	0,04	58,10	0,31	0,07
2.1.7 Vale-Transporte	45,07	0,22	0,06	119,20	0,63	0,14
2.1.8 Segurança no Trabalho (exames periódicos)	19,21	0,09	0,02	15,59	0,08	0,02
2.1.9 Desenv. Profissional e outros benefícios	176,75	0,87	0,23	187,27	0,99	0,22
Total = Indicadores Laborais (2.1.1 a 2.1.9)	8.787,08	43,22	11,27	8.606,80	45,61	10,27
3. INDICADORES SOCIAIS	R\$ mil	%SO	%RB	R\$ mil	%SO	%RB
3.1 Tributos (exceto encargos sociais)	122,32	4,5	0,16	3.382,48	38,65	4,03
3.2 Contribuições p/ a Cidadania	1.084,41	39,88	1,39	1.105,43	12,63	1,32
Total = Indicadores Sociais (3.1 a 3.2)	1.206,74	44,38	1,55	4.487,90	51,28	5,35
4. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4.1 Estado Civil						
4.1.1 Solteiros	63	33	30	66	35	31
4.1.2 Casados/União estável	94	63	31	97	66	31
4.1.3 Divorciados/Desquitados	13	7	6	14	8	6
4.1.4 Viúvos	0	0	0	0	0	0
4.2 Formação Escolar						
4.2.1 Superior (pós-graduação, mestrado e doutorado)	17	10	7	17	10	7
4.2.2 Superior (graduação)	49	32	17	53	35	18
4.2.3 Segundo Grau (Ensino Médio)	80	43	37	83	46	37
4.2.4 Primeiro Grau (Ensino Fundamental)	24	18	6	24	18	6
4.3 Faixa etária dos empregados						
4.3.1 Abaixo de 29 anos	10	3	7	11	4	7
4.3.2 De 30 até 40 anos (exclusive)	35	20	15	38	23	15
4.3.3 Acima de 40 anos	125	80	45	128	82	46
4.4 N° empregados no final período e por sexo	170	103	67	177	109	68
4.5 Cargos gerenciais ocupados por sexo	12	6	6	14	7	7
4.5.1 % cargos em relação totais homens/mulheres	7%	6%	9%	8%	6%	10%
4.5.2 % cargos em relação ao total de gerentes	100%	50%	50%	100%	50%	50%
4.6 N° de admissões no período		4			6	
4.7 N° de Dependentes		289			252	
4.8 N° de Estagiários		4			5	
5. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA						
5.1 Índice de afastamento em 2021	Auxílio-doença 4,71%			Acidente do trabalho 0,00%		
5.2 Nos processos de gestão os órgãos de decisão em 2021 e 2020 foram:						
● Projetos sociais desenvolvidos pelo Sindicato foram definidos						Pela diretoria e empregados
● Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos						Pela diretoria e empregados
● Na seleção dos fornecedores os mesmos padrões éticos adotados pela Entidade						São sugeridos
● Quanto à participação dos empregados em programas e campanhas sociais, o Sindicato						Apoia, organiza e incentiva.

¹ Adaptação do Modelo Balanço Social desenvolvido pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

² Encargos Sociais Compulsórios: foram considerados apenas INSS e FGTS. Quanto às demais verbas, sob essa denominação, entende-se que se trata de direitos trabalhistas.



Os benefícios oferecidos pelo Sindicato aos empregados como auxílio creche, auxílio-doença, seguro de vida, auxílio bolsa, vale-transporte, alimentação, refeição, convênio médico e outros, são no montante de R\$ 8,787 milhões e representam 43,22% sobre a folha de pagamento bruta e 11,27% sobre a Receita Bruta.

b) Renda Gerada e Distribuída

Demonstração Do Valor Adicionado - DVA (Em Reais)	2021	2020
1. RECEITAS	74.656.383	80.192.685
1.1 Receitas de Contribuições da Categoria	67.840.776	65.650.519
1.2 Receitas de Serviços e Periódicos	91.988	1.716.265
1.3 Outras Receitas	6.723.619	12.835.100
1.4 Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa – (Reversão/Constituição)	0	-9.200
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	52.642.299	46.525.982
2.1 Insumos Consumidos nos Serviços Gráficos	15.700	762.369
2.2 Utilidades e Serviços	1.621.324	1.850.683
2.3 Material e Serviços de Terceiros	40.635.493	32.180.187
2.4 Despesas com Atividade Sindical	10.299.400	11.565.260
2.5 Perda de Valores Ativos	70.382	167.483
3. VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)	22.014.084	33.666.703
4. RETENÇÕES – (DEPRECIACIONES)	-277.233	-417.314
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	21.736.851	33.249.389
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.797.435	5.209.533
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	28.534.286	38.458.922
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28.534.286	38.458.922
8.1 Pessoal (Remunerações, Direitos Trabalhistas e Benefícios) ³	17.516.163	17.318.143
8.2 Filiações e Projetos Sociais	4.498.775	5.563.928
8.3 Governo (Impostos, Taxas e Contribuições – INSS e PIS)	2.942.981	6.043.422
8.4 Financiadores	857.063	781.743
8.4.1 Juros e variações cambiais	93.782	55.427
8.4.2 Aluguéis	763.281	726.315
8.5 Superávit do exercício⁴	2.719.304	8.751.687

³ Nas despesas com pessoal, R\$ 19.586,24 foram investidos em auxílio educação em 2021 e R\$ 8.863,48 em 2020.

⁴ Desde o exercício de 2016 o superávit do exercício não sofre mais ajustes pela realização da reserva de reavaliação das máquinas e equipamentos gráficos, pois todas já foram totalmente realizadas até 31/12/2015.

Em análise da Demonstração do Valor Adicionado do Sindicato do exercício de 2021 podemos concluir que 70,51% de suas receitas das atividades operacionais agregaram recursos para a economia local, portanto, para gerar uma receita de R\$ 74,656 milhões, foram adquiridos recursos de terceiros, na forma de insumos, no valor de R\$ 52,642 milhões. Desse montante foram consumidos 0,03% na produção dos serviços gráficos, 3,08% com despesas em utilidades e serviços, 77,19% em materiais e serviços de terceiros e 19,56% com despesas em atividades sindicais.

E 0,13% que equivale às perdas de valores ativos com as baixas de immobilizados obsoletos.



A distribuição do valor adicionado foi de R\$ 28,534 milhões, representando 38,22% da Receita Total, com a seguinte distribuição: 61,39% destinados aos empregados, 15,77% às filiações e projetos sociais e 10,31% aos cofres públicos entre impostos, taxas e contribuições – totalizando 33,43% em relação à Receita Total, revertendo em benefícios aos trabalhadores e à sociedade em geral. Ainda destinando 3,00% para remunerar capital de terceiros – financiadores e aluguéis. E finalmente 9,53% para reinvestir no Sindicato - superávit.

Evidencia-se, também, que do total das receitas do Sindicato, 90,87% vêm das contribuições da categoria bancária (sejam sociais e as de negociação coletiva); 0,12% dos serviços gerados por suas atividades operacionais gráficas; e ainda, as outras receitas (patrimoniais e extraordinárias) contribuíram com 9,01%.

Agradecimento

Foi fundamental a inestimável participação e cooperação de inúmeras pessoas e entidades para que se pudesse traçar a trajetória do Sindicato em 2021. Portanto, somos muito gratos aos dirigentes integrantes da diretoria, os quais foram muito firmes e seguros na tomada de decisões de maior impacto. Nosso mais sincero muito obrigado aos associados da entidade e militantes sindicais pela confiança depositada nesta diretoria.

Nossos agradecimentos às entidades de classe, aos parceiros e a todos que, de alguma forma, participaram desse esforço para que o Sindicato se tornasse cada vez melhor.

E de uma forma especial expressamos o nosso reconhecimento ao quadro de funcionários que contribuíram com sua capacidade e dedicação durante todo ano para o cumprimento da missão da entidade.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo
CNPJ 61.651.675/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

ATIVO	NE	2021	2020	PASSIVO	NE	2021	2020
CIRCULANTE		120.880.056,23	113.407.160,16	CIRCULANTE	3.km	30.140.025,48	32.951.013,89
Caixa e Equivalentes de Caixa		101.953.502,20	92.985.471,34	Fornecedores		711.013,11	1.200.697,51
Caixa e Bancos Conta Movimento		155.815,48	221.789,72	Administração de Processos		10.038.503,99	18.718.151,49
Aplicação Liq. Imediata	3.b	101.797.686,72	92.763.681,62	Impostos e Taxas a Recolher		262.456,87	289.234,31
Cientes/Operações Cartões a Receber	3.c	3.199,83	212.464,91	Encargos Sociais a Recolher		364.801,99	599.407,47
Duplicatas/Op. Cartões a Receber		2.541.429,04	2.832.894,12	Contas a Pagar e Outras Obrigações		3.129.482,60	6.301.320,65
(-) Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa		(2.538.229,21)	(2.620.429,21)	Conting. Fiscais, Judiciais e Outras		13.971.299,84	4.295.648,27
Outros Créditos	3.d	18.407.159,82	19.772.388,89	Férias e Encargos a Pagar		1.662.467,08	1.546.554,19
Despesas Pagas Antecipadamente	3.f	516.194,38	436.837,02				
NÃO CIRCULANTE		52.060.644,67	53.216.572,44	NÃO CIRCULANTE	3.lm	66.438.053,77	59.885.344,20
Realizável a Longo Prazo	3.g	27.898.135,69	29.257.578,52	Cauções Recebidas (parceirização)		20.013,39	467.303,82
Depósitos Judiciais / Aplic / Tít. a Receber		27.898.135,69	29.257.578,52	Administração de Processos		51.010.169,90	44.010.169,90
Investimentos	3.h	723.287,10	1.078.581,11	Provisão p/ Conting. Fiscais e Judiciais		15.407.870,48	15.407.870,48
Imóveis (não destinado ao uso)		195.436,78	195.436,78				
Quotas Capital Bancredi		522.222,77	877.516,78				
Outros Investimentos		5.627,55	5.627,55				
Imobilizado	3.i	21.510.640,50	21.004.587,85	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.no	76.362.621,65	73.787.374,51
Bens Imóveis		18.318.871,80	18.318.871,80	Patrimônio Social		49.551.819,29	49.551.819,29
Bens Móveis		16.183.595,39	16.928.188,67	Reserva Reavaliação		12.502.482,82	12.502.482,82
(-) Depreciação Acumulada		(12.991.826,69)	(14.242.472,62)	Superavit Acumulado		14.308.319,54	11.733.072,40
Intangível	3.j	1.926.581,38	1.875.824,96				
Direito de Uso Software		1.889.159,31	1.836.402,89				
Marcas e Patentes		39.422,07	39.422,07				
TOTAL DO ATIVO		172.940.700,90	166.623.732,60	TOTAL DO PASSIVO		172.940.700,90	166.623.732,60

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020 (Em reais)

	2021	2020
RECEITA DAS OPERAÇÕES SOCIAIS BRUTA	77.952.833,70	83.845.968,16
Contribuição Social	27.634.398,33	27.545.719,54
Contribuições de Acordo Coletivo	43.396.341,59	41.746.778,88
Contribuições Processos Coletivos	104.359,90	-
Renda Patrimonial (excluído receitas financeiras)	617.116,38	5.681.372,07
Receitas Extraordinárias / Eventual	6.108.629,30	7.155.832,37
Receita de Serviços e Periódicos	91.988,20	1.716.265,30
Deduções das Receitas		
ISS sobre Faturamento	(1.839,76)	(13.575,59)
Bonificação e Devolução de Contribuições	(3.294.323,81)	(3.641.979,27)
Receita das Operações Sociais Líquida	74.656.670,13	80.190.413,30
Custos dos Serviços Gráficos Prestados	(54.908,55)	(2.034.347,52)
Superávit Bruto	74.601.761,58	78.156.065,78
Despesas (Receita) das Operações Sociais		
Despesas Administrativas	(63.714.982,50)	(57.100.797,67)
Despesas de Atividades Sindicais	(14.798.174,73)	(17.129.187,30)
Despesas de Venda de Serviços	(150,00)	(170.826,50)
Despesas Extraordinárias	(70.382,16)	(154.013,24)
Despesas Financeiras	(94.075,33)	(56.982,92)
Renda Patrimonial Financeira	6.795.307,61	5.207.429,11
Superávit do Exercício	2.719.304,47	8.751.687,26

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Descrição	NE	2021	2020
Atividades Operacionais			
Superávit (Deficit) Líquido do Período		2.719.304,47	8.751.687,26
Depreciação e Amortização	3.i	304.277,79	417.417,18
Baixa de Imobilizado		70.382,16	158.382,32
Perda (Ganho) na Venda de Bens do Imobilizado		(556.399,42)	(5.628.481,50)
Superávit (Deficit) Líquido do Período Ajustado		2.537.565,00	3.699.005,26
(Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante:			
Duplicatas a Receber	3.c	291.465,08	966.408,96
Perda por Créditos de Liquidação Duvidosa	3.c	(82.200,00)	(1.050.827,50)
Estoques	3.e	-	135.887,66
Outros Créditos de Curto Prazo	3.d	2.645.312,54	(5.133.987,74)
Total do (Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante		2.854.577,62	(5.082.518,62)
Acréscimo (Decréscimo) do Passivo Circulante:			
Aumento (Redução) de Fornecedores	3.km	(489.684,40)	424.642,80
Aumento (Redução) de Impostos a Recolher	3.km	(26.777,44)	4.173,48
Aumento (Redução) de Salários e Encargos Sociais	3.km	(234.605,48)	231.914,91
Aumento (Redução) de Férias a Pagar	3.km	115.912,89	94.024,81
Aumento (Redução) de Outras Obrigações a Pagar	3.klm	4.376.772,87	2.979.658,71
Total do Acréscimo (Decréscimo) do Passivo Circulante:		3.741.618,44	3.734.414,71
1 - Caixa Líquido das Atividade Operacionais		9.133.761,06	2.350.901,35
Atividades de Investimentos			
Entradas			
Recebimentos por Venda de Bens do Imobilizado		571.000,00	967.000,00
Recebimentos por Venda de Investimentos Permanentes		355.294,01	-
Recebimentos por Indenização Ação Imóveis Não dest. a uso	3.h	-	5.930.234,05
Recebimentos (reversão) de Depósitos Judiciais	3.g	4,00	988.503,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.o	(144.057,33)	-
Saídas			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado/Intangível	3.i	(948.069,60)	(1.084.932,42)
Depositos Judiciais Efetuados	3.g	(4,00)	(9.833,51)
2 - Caixa Líquido da Atividade de Investimentos		(165.832,92)	6.790.971,12
Atividade de Financiamento			
Entradas			
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		102,72	-
Saídas			
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		-	-
3 - Caixa Líquido da Atividade de Financiamento		102,72	-
CAIXA GERADO NO PERÍODO		8.968.030,86	9.141.872,47
4 - Saldo Anterior de Caixa ou Equivalente		92.985.471,34	83.843.598,87
5 - SALDO ATUAL DE CAIXA OU EQUIVALENTE		101.953.502,20	92.985.471,34

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

Movimentações	NE	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2019		41.189.335,95	13.647.759,44	10.198.591,86	65.035.687,25
Ajustes de Exercícios Anteriores:					
Retificação de Depreciações/Apropriações					-
Destin. Superávit Acum. p/ P. Social		8.362.483,34		(8.362.483,34)	-
Realização de Reserva de Reavaliação	3.n		(1.145.276,62)	1.145.276,62	-
Superávit Líquido do Exercício 2020				8.751.687,26	8.751.687,26
Saldos em 31/12/2020		49.551.819,29	12.502.482,82	11.733.072,40	73.787.374,51
Ajustes de Exercícios Anteriores:					
Retificação de Depreciações/Apropriações	3.o			(144.057,33)	(144.057,33)
Superávit Líquido do Exercício 2021				2.719.304,47	2.719.304,47
Saldos em 31/12/2021		49.551.819,29	12.502.482,82	14.308.319,54	76.362.621,65

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Atividade Operacional

Entidade de classe que prima pela ética, pela idoneidade, por prestígio e por credibilidade junto à categoria bancária. Tem como missão “visar melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representados, defenderem a independência e autonomia da representação sindical e atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras”.

O seu patrimônio é constituído das contribuições devidas pelos que participam da categoria bancária - das mensalidades dos associados e contribuições acordadas em negociação coletiva; dos bens e direitos adquiridos e respectivamente das rendas produzidas por eles; das doações e dos legados; das multas e de outras rendas eventuais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Legislações específicas às Entidades sem fins lucrativos emanadas do Conselho Federal de Contabilidade através de sua Resolução CFC N.º 1.409/12, que aprovou no ano de 2012 a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos, alterada e consolidada



em 21.08.2015 com a ITG 2002 (R1).

Além das normas do Conselho, também são seguidos preceitos da Constituição Federal, CLT e Normas Estatutárias. E quando possível fundamentada na Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas aplicáveis às demais sociedades, ainda alterada, no seu artigo 176, pela Lei 11.638/07 que renovou e introduziu novos dispositivos como a substituição da DOAR-Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos pela DFC-Demonstração de Fluxo de Caixa.

Para melhor entendimento, discorreremos nessa apresentação com as notas explicativas das demonstrações e informações adicionais através de quadros e tabelas.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado: as receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. Os custos dos materiais diretos da prestação de serviços gráficos foram apropriados de acordo com o consumo na produção do material gráfico.

Por conta da substituição da Folha Bancária impressa pela digital, e pelo baixo desempenho nos últimos anos do departamento gráfico, devida a pouca procura por serviços de impressão em virtude da comunicação digital num todo e pela alta dos custos dos materiais de produção, foram encerradas as atividades gráficas no ano de 2021, conforme decidido e votado pela categoria em assembleia virtual realizada em 24 de junho de 2021.

Diante desse cenário, observa-se na Demonstração do Superávit a diminuição da Receita dos serviços gráficos de 95% em relação a 2020, e respectivamente a redução do custo do imposto sobre serviços prestados (ISS). E também os custos dos materiais utilizados na produção, já que o último serviço prestado de impressão foi em 19/01/2021 e seu estoque zerado.

Em relação ao cadastro da gráfica perante aos órgãos públicos, já estão baixados (desde 06/09/2021) o CNPJ na Receita Federal, a IE (Inscrição Estadual) junto a Secretaria da Fazenda do Est. de SP e o CCM (Cadastro de Contribuinte Municipal) na Prefeitura de SP.

b) Aplicação Liquidez Imediata: são aplicações financeiras que em suas maiores partes estão nos bancos: Santander, Bradesco e Caixa Econômica Federal, as quais estão demonstradas ao custo acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data



do balanço. São representadas por aplicações com resgates automáticos.

Agente Financeiro	2021	2020
Banco Santander S.A.	47.865.661,93	43.180.939,98
Banco Bradesco S.A.	50.697.280,53	42.505.471,91
Caixa Econômica Federal	2.463.096,73	2.610.063,32
Outros	771.647,53	4.467.206,41
Total	101.797.686,72	92.763.681,62

c) Clientes / Operações Cartões a Receber: correspondem a recebimentos na tesouraria via cartões de débito e crédito, de venda de ingressos de cinema ou de cursos para os bancários, com prazos de vencimento entre janeiro e março de 2022. O saldo das perdas para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 2.538.229,21. É referente às duplicatas em aberto relativas à prestação de serviços gráficos, impressão de periódicos como jornais, livros e revistas no departamento gráfico de anos anteriores, no qual o Sindicato continua nas tratativas de cobrança.

Clientes a Receber			
Saldos vincendos	Vencimentos		
em 31/12/2021	30 dias	60 dias	90 dias
3.199,83	1.919,90	959,95	319,98

d) Outros créditos: estão representados por aplicações financeiras temporárias e vinculadas à garantia de créditos a terceiros, adiantamentos a funcionários, a terceiros, a dirigentes sindicais afastados sem remuneração com processo de reintegração, contribuições assistenciais e aluguéis a receber. Houve uma redução de 6,90% no saldo em relação ao exercício de 2020, principalmente por conta de resgates parciais das aplicações temporárias junto aos bancos Bradesco e CEF, com vencimentos em médio prazo e menor liquidez

Outros Créditos	2021	2020
Bancos Contas Vinculadas / Aplicações Temporárias	17.459.680,62	18.852.703,71
Créditos de Funcionários	372.439,64	320.796,69
Adiantamentos, Aluguéis e Contribuições a Receber	575.039,56	598.886,49
Total	18.407.159,82	19.772.386,89



e) Estoques: foram utilizados 100% no ano de 2020 em produção final dos serviços impressos e não repostos os insumos, devido ao fechamento do parque gráfico (já citado no item a.). O encerramento das atividades gráficas se fez necessário por conta dos custos estarem ficando maiores do que a receita, e diante da tendência do mercado em substituir impressões por material digital. Conseqüentemente diminuiu-se drasticamente a utilização dos serviços impressos, ou seja, minando a perspectiva de melhores resultados no futuro.

f) Despesas Pagas Antecipadamente: correspondem às modalidades de despesas apropriadas de acordo com o regime de competência, tais como prêmios de seguros dos imóveis, equipamentos e veículos; assinaturas de jornais, revistas, boletins e acesso de portal de gateway (portal de acesso à internet x rede de pagamentos); vales transporte, alimentação e refeição dos empregados; e garantia estendida de equipamentos de informática.

g) Realizável a longo prazo: corresponde a depósitos recursais de ações judiciais, fiscais e aplicações financeiras acima de 365 dias. São apresentados pelo valor nominal, incluídos, quando aplicáveis os rendimentos auferidos até a data do balanço. Houve redução de 4,65% por conta de resgates de aplicações financeiras junto aos bancos Bradesco e CEF, de modalidade específica de longo prazo.

Realizável a Longo Prazo	2021	2020
Depósito Recursal	1.709.910,01	1.709.910,01
Ações de Bancários / Interditos	457.820,27	457.820,27
Aplicações Financeiras – LP	25.730.405,41	27.089.848,24
Total	27.898.135,69	29.257.578,52

h) Investimentos: corresponde a imóveis não destinados ao uso, registrados ao custo de aquisição e reavaliados no ano de 1999; quotas de participação no capital da Bancredi – Cooperativa de Crédito dos Bancários, e ações no valor de R\$ 5.000,00 na participação no capital da Editora Gráfica Atitude, sendo o Sindicato, uma dos seus mantenedores, pelo investimento em comunicação.

O saldo do capital da Bancredi teve uma redução no valor de R\$ 355.294,01, por conta de um pedido de resgate, com crédito em conta corrente, e outra parte como desvalorização dos juros s/ capital, no qual, foi feito um lançamento de perda



de juros contra ajustes de anos anteriores no valor de R\$ 119.158,45.

Cabe salientar que não é foco dessa Entidade o fim especulativo financeiro e por isso esses investimentos representam apenas 0,42% do seu Ativo Total.

i) Imobilizado: os bens imóveis, máquinas e equipamentos gráficos e veículos, estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliação espontânea em 31/12/99, e assegurados nas modalidades: Civil, Roubo e Incêndio, em quantia equivalente ao mercado em caso de eventual sinistro. Os demais itens que compõem o imobilizado estão contabilizados pelo custo original. Os gastos com manutenção e reparos são registrados em contas de despesas quando incorridos.

Houve a compra de 70 computadores, entre desktops e notebooks para complementar a troca do parque de tecnologia que antes eram máquinas locadas. E a transferência contábil que estavam na conta de “Bens em Andamento” no valor de R\$ 495.681,66, referente à compra inicial em 2020 de 105 computadores que em 2021 foram definidos os centros de custos.

Foram baixados por venda 39 bens, sendo 35 máquinas e equipamentos no valor de R\$ 1.391.657,00, por conta do encerramento das atividades do departamento gráfico. E 04 veículos da frota (anos 2015 e 2018) no montante de R\$ 146.896,59, para renovação. Todos baixados pelo valor histórico da aquisição. No caso dos veículos, a direção continuará adotando como medida de redução de custos a substituição dos mais antigos por aquisições novas, porém se utilizando apenas do valor angariado com as vendas.

Ainda foram baixados outros 50 itens por obsolescência, entre máquinas, móveis e equipamentos de informática, totalizando R\$ 53.739,55.

A depreciação é calculada linearmente e apropriada somente sobre os bens móveis – no caso de algumas máquinas e equipamentos gráficos, a taxa variável, é conforme a vida útil do bem determinado pelo laudo técnico reavaliado desde anos anteriores; os veículos à taxa de 20% ao ano e, os demais bens móveis são depreciados normalmente.

A cada ano a apropriação da despesa de depreciação vem reduzindo por conta das vendas de máquinas ou mesmo por conta de outros bens estarem atingindo 100% da perda



de seu valor histórico. Em 2021, a redução foi de 33,58% em relação a 2020. E em 2020, a redução foi de 37,86% em relação a 2019.

Imobilizado	Depreciação do exercício	2021	2020
Terrenos	0,00	7.224.029,00	7.224.029,00
Construção e Edifícios	0,00	11.094.842,80	11.094.842,80
Máquinas e Equipamentos Gráficos	2.435,17	7.298.488,97	8.758.293,45
Veículos	140.352,90	1.010.719,88	925.487,72
Móveis e Utensílios	33.231,41	1.960.114,94	1.971.842,86
Equiptos. Comunicação, Segurança e Informática	74.537,08	3.884.846,88	3.313.858,06
Instalações	26.676,47	2.029.424,72	1.958.706,58
Depreciação Acumul. Máq.Eqptos, Veíc, Móveis e Instalações	-	-12.991.826,69	-14.242.472,62
Total	277.233,03	21.510.640,50	21.004.587,85

j) Intangível: Consiste nos direitos de uso de software e marcas e patentes registrados pelo custo de aquisição, com a classificação contábil de acordo com determinação da Lei 11.638/07. Houve um aumento 2,87% no uso de direito de software devido às aquisições de licença de uso de um novo sistema ERP Contábil/Rh/Fiscal e Contas a Pagar. Em contrapartida, houve baixas por expiração, totalizando o valor de R\$ 16.642,61.

Intangível	2021	2020
Direito de Uso Software	1.889.159,31	1.836.402,89
Marcas e Patentes	39.422,07	39.422,07
Total	1.928.581,38	1.875.824,96

k) Passivo Circulante: corresponde a fornecedores de bens e serviços, administração de processos, encargos sociais, impostos e taxas a recolher, contas a pagar, contingências fiscais, judiciais, férias e encargos a pagar e outras obrigações.

São demonstrados por valores nominais, exigíveis nos próximos doze meses e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Foi majorado o saldo das contingências para cobrir custos com ações trabalhistas, acordos extrajudiciais e execuções municipais, se utilizando do resultado positivo superavitário do ano de 2021.



I) Passivo Não Circulante: corresponde a cauções recebidas, administração de processos, provisão para contingências fiscais e judiciais, contas a pagar e outras obrigações. São demonstradas por valores nominais, exigíveis nos exercícios seguintes e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Foi transferido o valor de R\$ 7.000.000,00 da conta de Administração de Processos do Passivo Circulante para a conta Administração de Processos do Passivo Não Circulante, por motivo dos pagamentos das ações estarem com menos demanda e ultrapassando 365 dias. Lembrando que do saldo dos processos a pagar que está sob custódia da entidade, quando ocorre um pagamento de anos anteriores, o mesmo é atualizado monetariamente.

Segue abaixo 02 (duas) tabelas que relacionam a composição do *Passivo - Circulante e Não Circulante*:

Composição de Outras Contas e Obrigações a Pagar	2021	2020
Repasse de Contribuições e Rescisões	13.013,62	150.428,48
Créditos a Restituir e não Reclamados	744.630,05	682.478,11
Honorários, Ocupação, Utilidades e Serviços e Outras Despesas a Pagar	2.371.838,93	5.468.414,06
Fornecedores	711.013,11	1.200.697,51
Impostos e Taxas a Recolher	262.456,87	289.234,31
Encargos Sociais a Recolher	364.801,99	599.407,47
Férias e Encargos a Pagar	1.662.467,08	1.546.554,19
Contingências Fiscais, Judiciais – Outras	13.971.299,84	4.295.648,27
Cauções Recebidas (parcerização) – Longo Prazo	20.013,39	467.303,82
Provisão p/ Contingências Fiscais e Judiciais – Longo Prazo	15.407.870,48	15.407.870,48
Total	35.529.405,36	30.108.036,70

Administração de Processo		
RTC e RTI	2021	2020
Saldo 31/12	61.048.673,89	62.728.321,39
Saldo inicial	62.728.321,39	63.415.974,40
Ingressos	70.124.761,92	109.376.187,27
Pagamentos	(71.804.409,42)	(110.063.840,28)
RTC e RTI = reclamação trabalhista coletiva e individual.		



m) Endividamento: o total do endividamento é 100% em moeda nacional e está composto basicamente de compromissos assumidos oriundos de suas operações cotidianas, e de créditos a favor dos bancários, conforme já foram citados no item anterior. Segue abaixo a segregação da dívida em curto e longo prazo, e o resultado do endividamento líquido:

- Dívida de curto prazo: representa 31,21% da dívida total de 2021 (2020 – R\$ 32.951 milhões 35,49%), constituindo-se de fornecedores e administração de processos relativos a créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento mensurável é de realização no próximo exercício. Além de conter obrigações fiscais, encargos sociais, contingências fiscais, judiciais e outras contas a pagar sem destaques por se tornarem irrelevantes perante o volume das ações.
- Dívida de longo prazo: representa 68,79% da dívida total de 2021 (2020 – R\$ 59.885 milhões, 64,51%) composta de cauções recebidas, administração de processos que representa créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento é de longo prazo e provisões para cobrir contingências de ações fiscais e judiciais.
- Endividamento Líquido: o endividamento bruto foi de R\$ 96.578 milhões, tendo um aumento de 4,03% em relação a 2020 (R\$ 92.836 milhões). Porém o endividamento líquido está negativo -R\$ 5.375 milhões. Isso se deve porque o saldo de caixa e aplicações teve um aumento de suas disponibilidades de 9,64% em relação a 2020. Gerando uma reserva financeira para a quitação das dívidas ordinárias e garantia de manutenção do restante do patrimônio.

Endividamento				
Descrição	31/dez/2021		31/dez/2020	
	Moeda Local	Total	Moeda Local	Total
R\$ milhões				
Curto Prazo	30.140	30.140	32.951	32.951
Longo Prazo	66.438	66.438	59.885	59.885
Endividamento Bruto	96.578	96.578	92.836	92.836
Caixa e Aplicações	101.954	101.954	92.985	92.985
Endividamento Líquido	(5.375)	(5.375)	(149)	(149)



n) O Patrimônio Líquido é composto por:

- Patrimônio social: R\$ 49.551 milhões – mantido o mesmo valor que 2020. Houve oscilação apenas em 2019, por conta das transferências dos superávits de exercícios anteriores (2015-2018), conforme previsto em assembleia geral ordinária das demonstrações contábeis aprovadas em junho/2014.
- Reserva de reavaliação: R\$12.502 milhões - a reavaliação espontânea foi efetuada no ano de 1999 dos Imóveis e Maquinários da entidade. O saldo remanescente refere-se apenas à reavaliação dos Imóveis e Terrenos.

No ano de 2020 foi feita a realização no valor de R\$ 1.145.276,62 referente à alienação do terreno e do imóvel sito a Rua São Bento, 405 – 7º and. – Edifício Martinelli – São Paulo – SP, por conta do levantamento da ação de desapropriação nº 0020065-08.2010.8.26.0053 (053.10.020065-9) por desistência do recurso – crédito em out/2020.

- Superávit Acumulado: R\$ 11.733 milhões, sendo R\$ 2.981 milhões - composto pelo superávit do exercício de 2019, R\$ 1.145 milhões da realização de reservas referente à alienação de bem imóvel já citada acima. E do superávit de 2020, de R\$ 8.751. milhões.

o) Ajuste de exercícios anteriores: o montante de R\$ 144.057,33 é composto de 03 eventos, sendo a baixa/desvalorização dos juros de anos anteriores s/ capital investido na Bancredi no valor de R\$ 119.158,45; a baixa de depreciação acumulada de 04 equipamentos vendidos do depto. gráfico, no qual não haviam sido depreciados desde a época da aquisição, no valor de R\$ 27.044,76. E pelo estorno de provisão de encargos de pagamentos de RPA contabilizados indevidamente pelo sistema no valor de R\$ 2.145,88.

São Paulo, junho de 2022

**IVONE MARIA
DA SILVA**
Presidenta

**MARIA ROSANI G.A.
HASHIZUMI**
Secretária de Finanças

**CLAUDIO
TEIXEIRA JUNIOR**
Contador CRC 1SP 250776/O-4

O Relatório da Diretoria e as Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em uso da atribuição que lhe confere os artigos 47 a 49 do Estatuto da Entidade e de acordo com o art. 551, parágrafo 8º da CLT, analisou as peças constantes das demonstrações contábeis de que trata dos balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2021 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela secretaria de finanças é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da entidade, assim DELIBERA: Aprovar os balanços PATRIMONIAL E FINANCEIRO DE 2021. Submetê-los à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, convocada para este fim em 23 de junho de 2022, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 82 do Estatuto da entidade.

São Paulo, 13 de junho de 2022

*Antonio Alves de Souza
Cassio Toshiaki Murakami
Maikon Nunes Azzi
Marcelo Peixoto de Araújo
Marcelo Pereira de Sá*



ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO, atual denominação de Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.651.675/0001-95, registrado do 6º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital do Estado São Paulo, detentor da Carta Sindical nº DNT 5262, com sede nesta Capital, Rua São Bento, nº 413, Subsolo, Térreo, Sobreloja, 1º e 2º andares, por sua Presidenta abaixo assinado, convoca todos os empregados bancários associados, em pleno gozo dos seus direitos estatutários, na base territorial deste sindicato (São Paulo, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, São Lourenço da Serra, Santana do Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista), para participarem da assembleia ordinária que se realizará de forma remota/virtual no período das 19h às 21h, do dia 23 de junho de 2022, na forma disposta no link assembleia.spbancarios.com.br, onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte ordem do dia: Votação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2021. Ressalta-se que para garantir a publicidade e lisura da votação, as Demonstrações Contábeis ficarão disponíveis desde o dia 22 de junho de 2022 na Folha Bancária – portal spbancarios.com.br. Cabe ressaltar que a assembleia, ora convocada, será realizada de forma remota/virtual em decorrência da permanência do risco de contágio pelo vírus COVID-19, bem como nos termos do Estatuto da entidade e da Lei 14.309/22.

São Paulo, 17 de junho de 2022

IVONE MARIA DA SILVA

Presidenta





SPBANCARIOS.COM.BR



O Brasil tem fome

Todo mundo pode fazer
algo para amenizar
esse sofrimento

bit.ly/bancario-solidario